



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Política Social

Avaliação do Projeto “Casa de Pré-Autonomia” desenvolvido com Jovens Institucionalizadas

Candidata: Ana Gabriela Clemente Dinis Soares Lourenço

Orientadora: Professora Doutora Dália Maria de Sousa

Gonçalves da Costa

Lisboa
2014

VALORIZAMOS PESSOAS

*“Todas as crianças têm direito a imaginar o que vão querer fazer
quando forem grandes (habitualmente coisas extravagantes) e
a perguntar aos adultos «o que queres ser quando fores pequenino?»”*

Strecht (2000:31)

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não teria sido possível sem a ajuda de algumas pessoas a que não posso deixar de agradecer.

Começo por agradecer à minha orientadora, a Professora Doutora Dália Costa pela sua disponibilidade e incentivo. O seu papel foi central para me guiar e apoiar ao longo de todo o trabalho.

Agradeço muito particularmente às jovens que participaram no estudo por terem aceitado de forma aberta e colaboradora desde o primeiro momento que pedi para cooperarem neste trabalho.

Distingo a Instituição onde se realizou o estudo, na qual trabalho, pela maneira empenhada que acederam ao meu pedido de realização deste estudo disponibilizando e cedendo de maneira informal os requisitos necessários.

Não posso deixar de agradecer aos meus filhos que me incentivaram e ajudaram colaborando diretamente, ora dando ideias, ora ajudando na transcrição das entrevistas. E a toda a família e amigos que me animaram e entusiasmaram nos momentos de algum desânimo.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender a importância de um projeto de promoção de autonomia desenvolvido com jovens do sexo feminino em cumprimento de uma medida de acolhimento institucional em Lar de Infância e Juventude.

A avaliação do “Projeto de Pré-autonomia” foi feita pelas jovens (n=6) e pelas técnicas (n=3) diretamente envolvidas no mesmo (sujeitos da pesquisa) num processo de amostragem intencional em que se selecionam os sujeitos (jovens e técnicas) usando como critério o período coincidente com o processo de recolha de dados (junho e julho de 2013).

A recolha de dados foi feita com recurso a entrevistas semiestruturadas (às jovens e às técnicas) e à aplicação do QAA - Questionário de Autonomia nos Adolescentes (apenas às jovens). Isto significa que este estudo também contribui para a validação do QAA numa população em situação de institucionalização, considerando que estava aferido para a população portuguesa mas apenas em meio escolar (aberto).

Os resultados sugerem que tanto as jovens como as técnicas identificam pontos positivos no projeto avaliando que contribuiu para o processo de autonomia das jovens. Entre estes pontos positivos destacam a aquisição de competências pessoais, sociais e domésticas. Os pontos negativos, a melhorar incluem uma dimensão ligada à prática profissional, a necessidade de realizar um acompanhamento mais individualizado a cada uma das jovens, e uma dimensão organizacional, a importância de atribuir uma verba específica para manter o funcionamento o projeto e melhorá-lo.

Este estudo pode ser útil na definição de medidas de política social que visem promover a autonomia de jovens em acolhimento institucional preparando-as melhor para o processo de desinstitucionalização.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude, institucionalização, autonomia, projeto, promoção e proteção

ABSTRACT

The goal of this work is to understand the importance of an autonomy promotion project with young girls in fulfillment of a measure of institutional shelter in Child Care Institutions.

The "Pre-autonomy Project" evaluation was done by young girls (n=6) and professionals (n=3) directly involved in it (research subjects) in a purposeful sampling process that selects subjects (girls and professionals) using as a criterion the time of data collection (between June and July 2013).

Data collection was done using semi-structured interviews (to girls and professionals) and the application of the QAA - Survey of Autonomy in Adolescents (only to the girls). This means that this study contributes to validate QAA among young in child care system, considering it was validated to Portuguese context but only with young people in school (an open context and non-related to child care).

Main results suggest that both, girls and professionals in the Project identify strengths in it, contributing to the process of autonomy of the girls. Among these positive points we can highlight the acquisition of personal, social and domestic skills. The weaknesses, suggesting improvement need, include a dimension related to professional practice, the need for a more personalized support to each of the young girl, and an organizational dimension, the importance of allocating a specific budget to keep the project and improve it.

This study may be useful in defining social policy measures to promote the autonomy of young people in institutional child care better preparing them for the process of deinstitutionalization.

KEY WORDS: Youth, institutionalization, autonomy, project, social care

Índice

Índice de Tabelas.....	2
Siglas usadas no texto.....	3
INTRODUÇÃO.....	4
PARTE I.....	6
CAPÍTULO 1 - A medida de institucionalização em Lar de Infância e Juventude na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.....	6
1.1 Caraterização dos Lares de Infância e Juventude em Portugal	10
1.2 Caraterização do Lar de Infância e Juventude objeto de estudo	11
CAPÍTULO 2 - O Projeto “Casa de Pré-Autonomia”	15
2.1 Emergência e desenvolvimento do Projeto “Casa de Pré-Autonomia”	15
2.2 O Projeto “Casa de Pré-Autonomia” na atualidade	23
CAPÍTULO 3 - O processo de autonomia na Juventude	25
3.1 A Juventude como fase do ciclo de vida	26
3.2 O processo de autonomia de jovens	29
3.3 A especificidade do processo de autonomia em jovens institucionalizadas/os.....	30
PARTE II.....	33
CAPÍTULO 4 - Objetivos e Metodologia.....	33
4.1 Objetivos da pesquisa.....	33
4.2 Desenho da pesquisa	34
4.3 Procedimentos Metodológicos	39
4.4 Análise de dados.....	40
CAPÍTULO 5 - Apresentação e Discussão dos Resultados.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
ANEXOS	79

Índice de Tabelas

TABELA 1 - CARATERIZAÇÃO DAS JOVENS E DO SEU PERCURSO INSTITUCIONAL	34
TABELA 2 - CARATERIZAÇÃO DAS JOVENS EM RELAÇÃO AO MOMENTO DO ACOLHIMENTO	35
TABELA 3 - CARATERIZAÇÃO DAS TÉCNICAS	36
TABELA 4 - GRELHA ANALÍTICA DAS ENTREVISTAS ÀS JOVENS	41
TABELA 5 - GRELHA ANALÍTICA DAS ENTREVISTAS ÀS TÉCNICAS	43
TABELA 6 - GRELHA ANALÍTICA DAS ENTREVISTAS ÀS TÉCNICAS (CONTINUAÇÃO)	43
TABELA 7 - COMPOSIÇÃO DA REDE DE SUPORTE SOCIAL DAS JOVENS E PESSOAS EM QUEM CONFIAM	55
TABELA 8 - TIPO DE APOIO PRESTADO PELA REDE SUPORTE SOCIAL E RECONHECIDO PELAS JOVENS	56

Siglas usadas no texto

CASA – Caraterização Anual da Situação de Acolhimento

CAT – Centro de Acolhimento Temporário

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRL – Cooperativa de Responsabilidade Limitada

DGRSSP – Direção Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais

DOM - Desafios Oportunidades e Mudanças

EUA – Estados Unidos da América

GOAL – Going for the goal

GPS – Gerar Percursos Sociais

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

ISS, IP – Instituto da Segurança Social, Instituto Público

LIJ – Lar de infância e Juventude

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

OMS – Organização Mundial de Saúde

PSEI – Plano Sócio Educativo Individual

QAA – Questionário de Autonomia nos Adolescentes

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

SERE+ - Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, Mais

INTRODUÇÃO

Este trabalho de dissertação inclui-se no âmbito do Mestrado em Política Social, ministrado pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

As estatísticas divulgadas pelo Instituto da Segurança Social permitem constatar que em Portugal existe uma elevada proporção de jovens a viver em instituições há muito tempo. Considerando que o projeto de vida para estes/as jovens implica a aquisição da sua autonomia, surge a necessidade de se trabalhar a sua emancipação, de forma a possibilitar-lhes futuramente uma vida autónoma e socialmente integrada.

A construção da autonomia dos indivíduos, segundo Freire (1996), faz-se progressivamente através de experiências estimuladoras nas várias e inúmeras ações e decisões que se tomam no dia-a-dia.

O presente estudo pretende compreender a importância de um projeto de promoção de autonomia com jovens institucionalizadas de acordo com a sua perspetiva e a perspetiva das técnicas que o criaram e estão a implementar.

O fundamento para a escolha deste tema prende-se em primeiro lugar com a necessidade de se conhecerem poucos estudos sobre o objeto de estudo: a intervenção planeada e estruturada (em projeto) do processo de autonomia de jovens institucionalizadas e em segundo lugar liga-se ao interesse particular da investigadora, que integra a equipa educativa do Lar de Infância e Juventude (LIJ) onde se desenvolve esta investigação, estando assim diretamente implicada no seu objeto de estudo, o Projeto “Casa de Pré-Autonomia” que se desenvolve no LIJ desde 2012.

Neste estudo será utilizada uma abordagem predominantemente qualitativa, uma vez que se privilegia a compreensão dos problemas a partir da perspetiva das jovens participantes e das técnicas envolvidas no Projeto “Casa de Pré-Autonomia”. Considera-se que esta abordagem é adequada dada a pequena dimensão da amostra de estudo e atendendo ao objetivo geral que se define no plano da compreensão do objeto de estudo (o projeto) não se pretende a generalização dos resultados.

Para o LIJ, onde se realizou o estudo, fica feita uma reflexão/avaliação sobre o Projeto “Casa de Pré-Autonomia” aí implementado, possibilitando assim fazer-lhe ajustes e adaptações, melhorando-o enquanto modelo de intervenção. Relativamente às políticas sociais na área da

infância e juventude e em específico nas situações de crianças e jovens em perigo que obrigam à aplicação de uma medida de acolhimento institucional este estudo possibilita destacar a importância de se criarem condições de contexto, quer na qualificação dos/das técnicos/as, quer no teste de modelos inovadores. Com vantagens quando se alterarem e/ou reformularem as leis de forma a adequá-las à realidade. A adaptação legislativa far-se-ia por exemplo no apoio aos jovens após a sua saída do LIJ avaliando-se de forma mais objetiva a possibilidade de permanência depois dos 21 anos de idade, quando não têm ainda condições para se manterem por si próprios em segurança e com autonomia.

O presente trabalho organiza-se em duas partes e estrutura-se em cinco capítulos.

A primeira parte é de natureza mais teórica e encontra-se dividida em três capítulos, sendo o primeiro capítulo dedicado ao enquadramento da medida de institucionalização em Lar de Infância e Juventude (LIJ) na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (LPCJR), à caracterização dos LIJs em Portugal e à caracterização do LIJ onde se realizou este estudo. No segundo capítulo é descrito o Projeto “Casa de Pré-Autonomia”, situando a sua emergência e o seu desenvolvimento na atualidade. O terceiro capítulo foca o processo de autonomia na juventude, caracterizando esta fase do ciclo de vida individual, em específico no modo como se processa a autonomia de jovens e a especificidade do processo do caso de jovens institucionalizados.

A segunda parte apresenta o estudo empírico. O quarto capítulo descreve mais detalhadamente os objetivos e a metodologia de estudo subdividindo-se em quatro subcapítulos, nomeadamente os objetivos da pesquisa, o desenho da pesquisa, os procedimentos metodológicos usados e a análise dos resultados. O subcapítulo dedicado ao desenho da pesquisa explica o tipo de pesquisa utilizada, caracteriza os sujeitos e justifica e apresenta os instrumentos de recolha de dados empregados no estudo

No quinto capítulo procede-se à apresentação e discussão dos resultados integrando a teoria e os resultados obtidos.

O trabalho termina com considerações finais onde são relatadas as principais conclusões a que se chegou, sintetizando os contributos deste estudo para promoção de políticas sociais direcionadas a jovens que se encontram a cumprir uma medida de acolhimento em instituição.

PARTE I

CAPÍTULO 1 - A medida de institucionalização em Lar de Infância e Juventude na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

É ao Estado que cabe a obrigação de proteger as crianças e jovens, quando estas são afastadas do seu meio natural de origem (quer temporária, quer definitivamente), por motivos que se prendem com disfuncionalidade familiar (e.g. negligência, abuso, maus-tratos, exploração, entre outras) de acordo com tratados e convenções internacionais, nomeadamente a Convenção sobre os Direitos da Criança adotada pelas Nações Unidas em 1989.

Em Portugal, o acolhimento institucional, sendo uma das respostas possíveis de proteção de crianças e jovens, funciona de acordo com a autoridade especial de proteção da infância e juventude – Instituto da Segurança Social. Esta autoridade reúne os princípios e as normas consagrados em diversos diplomas internacionais ratificados pelo Estado Português, salientando-se a Convenção sobre os Direitos da Criança e diplomas nacionais, como a Constituição da República Portuguesa, o Código Civil Português e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP).

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – Lei nº147/99 de 1 de setembro “ (...) tem por objeto a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral” (artigo 1.º).

Esta lei define crianças e jovens em perigo como todas as que se encontram, em pelo menos uma, das seguintes situações (artigo 3.º, nº2):

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre de maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados e a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- e) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- f) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que

os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

A intervenção ao abrigo desta lei subordina-se aos dez princípios orientadores descritos no artigo 4.º, nomeadamente:

- a) Interesse superior da criança e do jovem;
- b) Privacidade;
- c) Intervenção precoce;
- d) Intervenção mínima;
- e) Proporcionalidade e atualidade;
- f) Responsabilidade parental;
- g) Prevalência da família;
- h) Obrigatoriedade da informação;
- i) Audição obrigatória e participação;
- j) Subsidiariedade.

De acordo com estes princípios e atendendo em específico ao princípio da subsidiariedade, o Sistema de Promoção e Proteção organiza-se segundo uma lógica que pode ser comparada a uma estrutura piramidal.

A promoção e proteção das crianças compete em primeiro lugar, às entidades públicas ou privadas com atribuições em matéria de infância e juventude, depois às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e, em última instância, aos Tribunais, conforme está expresso nos termos da Lei 147/99 (artigo 3.º).

As medidas aplicáveis pelas Comissões de Proteção e pelos Tribunais (artigo 35.º) consistem em: *a)* apoio junto dos pais; *b)* apoio junto de outro familiar; *c)* confiança a pessoa idónea; *d)* apoio para a autonomia de vida; *e)* acolhimento familiar e *f)* acolhimento em instituição. As medidas são elencadas pela respetiva ordem de preferência e prevalência, preferindo-se as medidas a executar em meio natural de vida (*a)*, *b)*, *c)* e *d)*) sobre as medidas executadas em regime de colocação (*e)* e *f)*).

Assim, na alínea f) está prevista a medida mais gravosa de promoção dos direitos e de proteção das crianças e dos jovens, acolhimento em instituição, que visa afastar o perigo em que se encontram, proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua

segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral e garantir a sua recuperação física e psicológica.

Esta medida consiste na colocação da criança ou jovem sob os cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que garanta os cuidados adequados às suas necessidades e proporcione condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral (artigo 49.º). Segundo a Lei, a medida pode ser de curta duração (inferior a seis meses), cumprindo-se a sua execução nos Centros de Acolhimento Temporário (CAT) ou de duração prolongada e aqui, o cumprimento deverá efetuar-se em Lares de Infância e Juventude (LIJ).

O acolhimento em LIJ de uma criança ou jovem em situação de perigo implica uma permanência superior a seis meses, para indivíduos com idades entre os 0 e 18 anos (podendo esta medida ser excecionalmente alargada até aos 21 anos, se a/o jovem solicitar a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos de idade).

De acordo com o artigo 52.º da LPPCJP, quanto à natureza das instituições de acolhimento, estas podem ser instituições de estatuto público ou cooperativo, social ou privado com acordo de cooperação com o Estado. Quanto ao seu funcionamento, o artigo 53.º da mesma lei, determina que funcionem em regime aberto¹ e que as habitações sejam organizadas em unidades que favoreçam uma relação afetiva de tipo familiar, uma vida diária personalizada e a integração na comunidade. Está previsto ainda que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda da(s) criança(s) ou jovem(ns), a(s) possa(m) visitar, salvo decisão judicial em contrário.

Dado que a permanência das crianças e jovens em contexto residencial e mais particularmente em LIJ implica normalmente um período longo, as instalações das instituições de acolhimento deverão ser o mais parecido com aquelas que caracterizam um ambiente familiar acolhedor e protetor (Del Valle & Zurita, 2000). Segundo Simões (2011, p. 6) "[as] instituições deverão ter bem definida a sua identidade, sabendo de forma clara qual a sua missão, o porquê da sua existência, para que servem e a quem servem, quais os princípios que conduzem a sua prática interventiva, traduzindo os valores em que aposta, absolutamente intemporais e inabaláveis face às circunstâncias".

¹ O funcionamento em regime aberto representa a frequência escolar nos estabelecimentos da comunidade, o acesso aos serviços de saúde da área de residência (isto é, LIJ) procurando promover uma inserção no meio adequada à satisfação das necessidades das crianças e jovens.

Para além disto, as estratégias de gestão das instituições deverão estar direcionadas para alcançar resultados relevantes, quer do ponto de vista do interesse e satisfação das crianças e jovens, das suas famílias e colaboradores, quer no que se refere ao impacto dos mesmos na sociedade, tal como propõem as orientações do Instituto da Segurança Social, Instituto Público (ISS, IP) para a gestão da qualidade em Centros de Acolhimento Temporário e Lares de Infância e Juventude (ISS, IP, 2009).

Cada instituição deverá organizar e determinar o seu plano de atuação, através da definição clara de bases de intervenção que garantam uniformidade na operacionalização da sua missão, visão e valores, devidamente validados pela entidade a quem compete a regulação e controle da sua atividade (Del Valle & Fuertes, 2000). No contexto nacional esta entidade é o ISS, IP.

As bases de intervenção referidas por Del Valle & Fuertes (2000) deverão ter como pressupostos os princípios fundamentais para a promoção do acolhimento, assegurando a individualidade, a adequada cobertura das necessidades básicas da criança ou jovem, a escolarização e alternativas educativas, os cuidados de saúde, a integração social, a preparação para a autonomia pessoal, o apoio às famílias, a segurança, o projeto de vida e o respeito pelo direito da criança à participação.

Daqui decorre que a instituição deverá ser securizante, contentora de angústias e promotora do desenvolvimento pessoal e da construção da identidade das crianças e jovens, de forma a converter-se numa resposta positiva.

A intervenção deve ser única e personalizada para cada criança/jovem e deve apoiá-la na definição e concretização do seu projeto de vida, bem como protegê-la da situação de perigo em que se encontravam.

Para se potenciar uma intervenção deste tipo é necessário ter em conta o espaço físico, as interações que ocorrem entre as crianças e jovens residentes no lar e também com os adultos, e ainda, as atividades quotidianas que aí ocorrem (Gomes, 2010).

Em Portugal, no ano 2007 foi criado o Plano DOM – Desafios Oportunidades e Mudanças, por iniciativa do ISS, IP (através do Despacho nº8392/2007 – Diário da República, 2ª série, nº90 de 10 de maio de 2007). Este plano originou uma mudança de paradigma no sistema de acolhimento. Desde logo, veio permitir o diagnóstico da realidade funcional e organizativa das instituições de acolhimento prolongado. Para além disto, o plano DOM visava o incentivo

e apoio à qualificação da respetiva intervenção, dotando as instituições dos recursos humanos e técnicos necessários, investindo na formação e supervisão das equipas técnico-educativas de modo a assegurar um acolhimento de qualidade e a rápida e desejável desinstitucionalização das crianças e jovens.

1.1 Caraterização dos Lares de Infância e Juventude em Portugal

A medida de acolhimento em instituição de crianças e jovens surge como a última das respostas legalmente previstas para assegurar a sua proteção e desenvolvimento. É definida como uma medida de último recurso, que se reveste de carácter transitório, e cuja execução pretende salvaguardar o interesse superior da criança e removê-la da situação de perigo em que se encontra. As instituições de acolhimento têm as funções de controlo social e de promoção da coesão social, salvaguardando os elementos menos protegidos de uma comunidade através da efetivação dos seus direitos.

De acordo com o Relatório de Caraterização Anual da Situação de Acolhimento – CASA 2013, estavam acolhidos em instituições portuguesas 8445 crianças e jovens. Continua pois a ser elevado o número de crianças e jovens cuja solução mais apropriada de garantia de proteção e promoção dos seus direitos é o acolhimento.

Os dados deste relatório indicam que o grupo com jovens entre os 15 e os 17 anos é o mais representativo (com 2839 jovens) seguido do grupo etário das crianças entre os 12 e os 14 anos (com 1903 crianças). Ainda segundo este relatório tem-se assistido, nos últimos anos, à alteração do perfil das crianças e jovens que entram no sistema de acolhimento. Em 2013, a maioria dos acolhimentos diz respeito a adolescentes e jovens entre os 12 e os 20 anos, representando um peso de 67,4 % (5688 casos), seguindo-se as crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 11 anos, representando 32,6 % (2757 casos), estando ainda representadas 13,1% de crianças com idades entre os 0 e os 5 anos e 19,6 % dos 6 aos 9 anos.

Relativamente ao tempo de institucionalização e agora, com dados recolhidos do Relatório CASA 2012, torna-se evidente a existência de uma elevada percentagem de casos em situação de acolhimento num período superior a dois anos (75%), sendo que 23% esteve em acolhimento entre 4 e 6 anos e 32% há mais de 6 anos. A autonomia é pois o projeto de vida que mais se adequa a esta população.

A imprevisibilidade de regresso ao meio familiar, devido às fracas probabilidades de as condições das famílias melhorarem, reforça a ideia de que a autonomia é a melhor opção de projeto de vida destes/as jovens, tornando-se necessário estimular e apoiar as suas competências pessoais e sociais, de modo a prepará-los/as para uma vida autónoma.

1.2 Caraterização do Lar de Infância e Juventude objeto de estudo

O LIJ onde foi realizado o estudo que está na base desta dissertação de mestrado acolhe crianças e jovens do sexo feminino com idades compreendidas entre os três e os dezoito anos, podendo este acolhimento prolongar-se até aos vinte e um anos de idade, de acordo com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei 147/99, de 1 de Setembro), garantindo-lhes cuidados adequados às suas necessidades e proporcionando-lhes condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

Este LIJ² é uma das valências de uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que comporta também a valência de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e que se localiza numa aldeia do distrito de Lisboa.

A fundação da instituição remonta ao ano 1948, quando uma senhora residente na aldeia numa casa emprestada, acolheu três meninas que viviam em condições precárias. Com o passar do tempo, mais crianças foram chegando o que a levou à aquisição de uma casa apalaçada, datada de 1780, por um valor reduzido, devido à causa a que se destinava. Com o avanço da idade e da doença da fundadora foi necessário delegar a outrem esta missão, tendo sido solicitado auxílio junto do Patriarcado de Lisboa, no sentido de se encontrar uma congregação religiosa que continuasse este legado. Não havendo nenhuma congregação portuguesa disponível, recorreu-se em 1984 a uma congregação espanhola, tendo aqui permanecido até ao ano 2000.

Logo em 1989, a instituição adquiriu a personalidade jurídica de Instituição Particular de Solidariedade Social tendo sido celebrado um acordo de cooperação com a Segurança Social.

Face ao acordo com a Segurança Social, houve necessidade de adaptar a instituição às normas em vigência, que permitisse uma intervenção mais eficaz e inovadora. A confluência de vários factos, a saída da congregação religiosa, a mudança do pároco, que implicou mudança de

² A opção de não identificação do LIJ é justificada por se querer manter a confidencialidade, de forma a contribuir para assegurar o anonimato das jovens e técnicas, sujeitos de estudo.

Direção e a alteração do funcionamento da instituição, suscitaram o início da construção de novas instalações.

A nova estrutura foi inaugurada em 2002 e é composta por cinco vivendas geminadas, um edifício central e um espaço exterior bastante significativo, com uma área total de aproximadamente dois hectares.

As vivendas são edificações compostas por dois pisos. No rés-do chão existe uma sala de estar espaçosa com ligação em arco para a cozinha, uma sala de estudo, uma casa de banho e uma despensa. À entrada existe um pequeno *hall* que faz a ligação para as divisões do rés-do chão e uma escada que dá acesso ao primeiro andar onde se localizam três quartos e uma casa de banho com dois chuveiros, dois sanitários e dois lavatórios, para as crianças/jovens. Ainda, no primeiro andar existe um quarto com casa de banho privativa para a “madrinha”³ (auxiliar de educação noturna) que é responsável pelo grupo de residentes em cada uma das habitações e que aí pernoita.

A “madrinha” tem o papel de figura de referência e acompanha o grupo durante o período noturno, confeccionando o jantar, acompanhando o deitar e o acordar, a tomada do pequeno-almoço e o encaminhamento para a escola. Toda a dinâmica de organização e gestão da habitação é sua responsabilidade e está ao seu encargo. Deste modo, compete-lhe promover a participação das crianças e jovens nas tarefas quotidianas e nos momentos de partilha aproximados aos momentos numa família, respeitando as suas idades e capacidades.

Existem “madrinhas” com horário de trabalho *full-time* que trabalham durante a semana, de domingo a 5ªfeira e “madrinhas” com horário de trabalho *part-time* que asseguram as noites de 6ªfeira e sábado.

Numa das cinco vivendas está a ser implementado, desde Outubro de 2012, um projeto denominado “Casa de Pré-Autonomia”. O projeto é destinado a jovens com 16 ou mais anos de idade, que se encontram a viver neste lar há mais de três anos e cujo projeto de vida é a autonomia. Este é o projeto que se elegeu como objeto de estudo, sendo por isso apresentado com maior detalhe infra.

³ O tratamento de “madrinha” é uma prática institucional tácita, isto é informal, sendo o termo usado para referir as auxiliares de educação noturnas, considerando como um modo de tratamento cordial a alguém que cuida de forma carinhosa e afetuosa.

No edifício central concentram-se os serviços de secretaria, os gabinetes dos técnicos e a sala de direção, o salão de festas, o refeitório, a lavandaria e uma área destinada a armazém.

O espaço exterior compreende uma área ajardinada e um espaçoso terreno vedado e ocupado com animais (entre os quais, ovelhas, galinhas, patos), bem como uma pequena horta.

As crianças e jovens participam facultativamente no tratamento dos animais, alimentando-os com os desperdícios dos legumes da confeção das refeições ou ajudando o tratador na distribuição da ração. Quando nascem os cordeiros, e por vezes há necessidade de alimentá-los ao biberão as crianças e jovens cooperam ainda mais ativamente. A tosquia das ovelhas é também uma atividade a que gostam de assistir e participar. A recolha dos ovos e a descoberta dos ninhos das galinhas e dos patos são outras ocasiões que lhes dão imenso prazer realizar.

Na horta, devido à pequena dimensão, não se cultiva o suficiente para fazer face a todas as necessidades da instituição, mas ocasionalmente chega para confeccionar uma refeição. Aos sábados, as crianças e jovens, em pequenos grupos orientados por uma voluntária com conhecimentos de agricultura biológica, fazem pequenas culturas e aprendem, para além das técnicas agrícolas, a conhecer a importância do tempo na evolução e desenvolvimento dos produtos.

O contato com os animais e a natureza é considerado pelas equipas técnica e educativa como atividades muito relevantes que podem ajudar no processo terapêutico destas crianças e jovens.

Em 2008, considerando a necessidade de um espaço multiusos construiu-se, em parceria com a Fundação EDP e uma empresa local, uma nova estrutura que compreende espaços de lazer, salas de estudo, uma sala de informática, uma sala de relaxamento e um parque infantil interior.

O funcionamento do LIJ ocorre de acordo com uma organização técnica e pedagógica constituída por uma Equipa Técnica, composta por duas Técnicas Superiores de Ação Social; duas Psicólogas Clínicas (uma a tempo inteiro e outra a meio tempo) e dois Educadores Sociais e uma Equipa Educativa, composta por quatro Auxiliares de Educação diurnas e cinco Auxiliares de Educação noturnas (as “madrinhas”).

Ambas as equipas possuem supervisão externa com a qual se pretende melhorar o desempenho na qualidade dos serviços através da reflexão e do trabalho de equipa. Esta supervisão advém da integração da instituição no Plano DOM em 2009, aquando do segundo alargamento.

CAPÍTULO 2 - O Projeto “Casa de Pré-Autonomia”

Arnett (2000) considera que no processo de desenvolvimento pessoal, a autonomia individual, com transição para uma vida independente é perspectivada como uma fase particularmente conturbada. No caso de jovens institucionalizadas esta transição é ainda mais difícil, devido sobretudo à ausência de suporte familiar e falta de preparação prática para a vida autónoma.

Um projeto de natureza social tem como principal função alterar ou mudar uma dada realidade, de maneira a torná-la melhor para o público a que se destina. O projeto “Casa de Pré-Autonomia” tem também essa pretensão.

A instituição onde se realizou este estudo tem como um dos seus propósitos a criação de boas práticas e de um bom atendimento das suas clientes, o que fez com que acolhesse o Projeto “Casa de Pré-Autonomia”, como uma opção de qualidade, já que a população residente neste LIJ se encontra maioritariamente dentro da faixa etária correspondente à adolescência, e atendendo que a autonomia é o projeto de vida da maioria destas jovens.

Com o Projeto “Casa de Pré-Autonomia” pretende-se que estas jovens tenham oportunidades de aprendizagem de competências pessoais, sociais e domésticas que promovam uma identidade positiva e favoreçam a sua vida futura independente e uma boa integração na sociedade.

2.1 Emergência e desenvolvimento do Projeto “Casa de Pré-Autonomia”

O principal desígnio deste projeto prende-se com a preparação das jovens que o integram para a autonomia, para que futuramente saibam responder às solicitações que a vida lhes apresente, de modo responsável, consciente e refletido, contribuindo para o seu bem-estar e para o de quem as cerca. Essa preparação implica, orientar cada uma das jovens para a tomada de consciência do seu potencial e das suas capacidades, assumindo com responsabilidade e independência a sua própria vida.

A necessidade de um projeto deste tipo já se fazia sentir há algum tempo pela organização do LIJ, tendo inclusivamente existido, em 2008, uma experiência de Apartamento de Autonomia, mas que não teve sucesso. A equipa técnica que tinha posto em prática a referida experiência considerou que os resultados menos positivos se deveram a diversas circunstâncias, entre as quais a inexperiência de colocar em prática um projeto cuja dinamização ocorria num espaço físico exterior à instituição, o insuficiente trabalho de análise e planificação do projeto, o facto

de o grupo ser formado por jovens com personalidades muito diferenciadas dificultando a emergência de “grupo”.

Apesar de a experiência não ter sido bem-sucedida, continuava a considerar-se necessário intervir nesta área de preparação das jovens para a vida independente. Assim em 2010, com a integração ao Plano DOM, a equipa técnica foi reforçada com três técnicos sociais, ocorrendo também a oportunidade de formação para as equipas técnica e educativa. Face a isto, a Diretora Técnica ponderou a elaboração de um novo projeto, agora com mais e melhores conhecimentos para o pôr em prática neste serviço. Foi nomeada uma equipa multidisciplinar composta por elementos da equipa técnica e da equipa educativa que planeou e criou condições de implementar o Projeto “Casa de Pré-Autonomia”, através do qual as jovens tivessem oportunidade de adquirir maturidade e aprendizagens para futuramente viverem de maneira independente.

O nome do projeto foi emergindo pouco a pouco, valorizando-se a forma como era referido e identificado durante a sua criação pelos elementos da equipa, acabando por ficar com a designação Projeto “Casa de Pré-Autonomia”. O termo Pré-Autonomia é usado em detrimento do de Autonomia devido ao fato de haver um acompanhamento regular e presencial de uma auxiliar de educação ao grupo das jovens, principalmente durante a noite. Esta presença muito constante leva a considerar que as jovens ainda não estão em autonomia mas a prepará-la.

O Projeto “Casa de Pré-Autonomia” foi colocado em prática em 2012 tendo como principal objetivo responder às necessidades de promoção de autonomia das jovens que o integram, de forma estruturada, fomentando estratégias de intervenção e capacitação que estimulem a emancipação e maturidade e lhes possibilitem uma saída sustentada da instituição.

Inicialmente, foram diagnosticadas as necessidades das adolescentes que estavam há já bastante tempo na instituição e para as quais era improvável o regresso à família, constituindo-se um grupo de dez jovens que preenchiam os requisitos para integrar o projeto, nomeadamente:

- Ter idade igual ou superior a 16 anos;
- Estar a frequentar o ensino regular ou um curso de formação profissional;
- Não ter estrutura familiar de suporte ou essa estrutura revelar incapacidade;

- Estar definida a autonomia como projeto de vida da jovem, no Plano Sócio Educativo Individual (PSEI), elaborado em conjunto com o técnico - Gestor de Caso;
- Não existirem problemas graves de comportamento;
- Não ter problemas graves de saúde física ou mental, que requeiram cuidados específicos.

Para além dos objetivos do projeto, foi tido em conta na sua elaboração, a parte da estrutura física onde este decorrerá, com a sua organização e gestão; os recursos humanos necessários à implementação de um programa de desenvolvimento de competências pessoais, sociais e domésticas.

Relativamente à definição do local onde iria funcionar o Projeto “Casa de Pré-Autonomia”, considerou-se que seria numa das cinco vivendas que integra o complexo habitacional da instituição, prevendo assim, algum acompanhamento das jovens no período que se encontram sozinhas na vivenda (período diurno, quando estão de férias letivas ou de trabalho e nos fins-de-semana).

A casa funciona como uma “habitação familiar” e o abastecimento de produtos alimentares e de higiene é feito semanalmente através de uma requisição, que as jovens preenchem com o apoio da “madrinha”, de acordo com os produtos em falta e nas quantidades consideradas suficientes. O avio é efetuado no edifício central, onde existe um armazém de produtos (doados e adquiridos). Prevê-se que ao longo do projeto haja também possibilidade de efetuar algumas compras numa grande superfície, possibilitando o desenvolvimento de competências de gestão do dinheiro e experienciando situações que irão enfrentar quando saírem do lar.

Toda a manutenção da habitação referente à higienização e arrumação, bem como o tratamento da roupa e a confeção das refeições é feita diretamente pelas jovens, sob supervisão e orientação da “madrinha” e de acordo com uma tabela de tarefas previamente definidas.

Uma equipa multidisciplinar cuja composição e funções é apresentada seguidamente, constituem os recursos humanos afetos ao projeto:

- Diretora Técnica – que supervisiona e acompanha a equipa;

- Assistente Social – coordena e gere o funcionamento do projeto através de um acompanhamento próximo das jovens relativamente à educação, saúde, integração profissional em conjunto com a psicóloga;
- Psicóloga – planeia, dinamiza e avalia as sessões temáticas em conjunto com a assistente social e faz um acompanhamento psicoterapêutico às jovens, quando necessário;
- Auxiliar de Educação – “madrinha” – acompanha e apoia as jovens que residem na casa, intervindo nos processos de aprendizagem e promovendo o seu bem-estar num ambiente adequado e conciliador, pernoitando na vivenda.

O Programa de Desenvolvimento das Competências Pessoais, Sociais e Domésticas tem por base três programas de promoção de competências pessoais e sociais: o programa Umbrella, o GOAL - Going for the Goal e o GPS - Gerar Percursos Sociais.

O programa Umbrella foi criado entre 1997 e 2000, integrado no Projeto Leonardo da Vinci, financiado pela União Europeia e cuja versão portuguesa data de 2006. É um programa que visa trabalhar competências sociais e foi elaborado de forma muito direcionada para ser desenvolvido com jovens em acolhimento residencial na sua transição para a vida adulta (Del Valle & Quintanal, 2006).

O GOAL (Going for the Goal), da autoria de Danish e colaboradores (1992) da Virgínia Commonwealth University (EUA) tem como pressuposto o desenvolvimento do potencial de realização (*empowerment*) e a resiliência em adolescentes (Danish, 1997).

O programa GPS nasceu de um projeto denominado “Gerar Percursos Sociais”, em 2007, financiado pela iniciativa comunitária EQUAL e da cooperação entre as seguintes instituições açorianas - Instituto de Apoio à Criança Açores, DGRS – Direção Geral de Serviços de Reinserção Social – Delegação Regional dos Açores, Instituto de Ação Social e a KAIRÓS – Cooperativa de Incubação de Iniciativas de Economia Solidária CRL (Rijo et al., 2007). O GPS é programa de prevenção e reabilitação destinado a jovens em risco ou que apresentem comportamentos desviantes.

A equipa de trabalho designada para a elaboração do Projeto “Casa de Pré-Autonomia” teve em conta todos estes programas e criou um projeto novo, adaptado à realidade de jovens com elevado tempo de institucionalização e atendendo às características específicas das jovens

cuidando que preencham requisitos de seleção promotores das melhores condições para o desenvolvimento eficaz do projeto e ainda dando resposta específica a jovens que ao saírem da instituição, terão uma frágil rede de suporte social.

A finalidade principal deste programa é promover uma saída segura e sustentada do lar, com os seguintes *objetivos*:

- Proporcionar às jovens uma transição adequada para a vida social autónoma, através de um processo de formação e acompanhamento pessoal continuado;
- Promover um acompanhamento educativo, psicológico e social;
- Prestar apoio na progressão escolar, formação profissional, no acesso ao mercado de trabalho e posteriormente na procura de habitação;
- Promover a definição de um Plano de Autonomia Individual para cada jovem, sujeito a uma avaliação periódica pelo próprio e pelos técnicos responsáveis.

A metodologia da intervenção deste projeto prevê que as jovens assumam um papel ativo e interventivo, podendo assim haver reestruturações e adaptações ao projeto mas mantendo-se sempre os seus propósitos iniciais. O tempo previsto para a concretização do projeto é de dois anos.

O processo de intervenção está estruturado em diferentes momentos, efetuando-se em duas vertentes interligadas: em grupo e individualmente.

Inicialmente são apresentados a cada uma das jovens os Quadros de Identificação e Hierarquização das Competências (Anexos IV e V), com as diversas competências a adquirir. As jovens tentam reconhecer e identificar as competências que pensam que já possuem nesse momento e as que ainda lhes faltam adquirir. Após esse reconhecimento é-lhes pedido que hierarquizem de acordo com o grau de dificuldade (do mais fácil para o mais difícil) todas as competências do Quadro, independentemente de acharem que já as possuem ou não.

A análise da identificação e hierarquização individual das competências permite fazer subgrupos integrados pelas jovens que reconheçam as competências e a mesma posição do grau de hierarquização possibilitando o trabalho em conjunto. Nos casos em que a identificação de uma competência fica isolada cada uma das competências é trabalhada individualmente.

A intervenção realiza-se através de sessões temáticas, dinâmicas de grupo, conversas informais e tarefas domésticas de rotina, onde se reflete e avalia todo o processo de evolução individual e coletivo.

São realizadas reuniões mensais de reflexão entre o grupo e a equipa de pré-autonomia para avaliar os progressos alcançados e as adaptações e melhorias a equacionar. Com a “madrinha” essas reuniões são semanais, onde as jovens, num ambiente mais informal, expõem os sentimentos e vivências que as afetam no seu dia-a-dia e na sua interação com o grupo. Para além das reuniões de grupo, existem também reuniões individuais onde são tratados os assuntos de cariz mais pessoal e se discute o desempenho da jovem em relação à participação nas tarefas da habitação, como contributo individual para o bem-estar do grupo.

A planificação do programa prevê três fases evolutivas.

Na primeira fase, designada “Adaptação” e com a duração de quatro meses, pretende-se que as jovens:

- Percebam a vantagem de se envolverem no processo de intervenção;
- Identifiquem e hierarquizem, de acordo com o grau de dificuldade e com a ajuda dos técnicos, as competências necessárias para a sua autonomia;
- Se comprometam a alcançar três competências pessoais, sociais e domésticas que considerem mais fáceis. Este objetivo possibilita-lhes a passagem à 2ª fase.

A segunda fase é a fase “Evolução”, que se desenrolará por oito meses. Nesta fase as jovens:

- Irão continuar o treino das competências pessoais, sociais e domésticas, de acordo com a hierarquização definida anteriormente (da mais fácil para a mais difícil);
- Participarão em atividades de lazer propostas e organizadas por si, como reforço positivo e de acordo com a sua motivação e o seu empenhamento na participação nas tarefas de desenvolvimento propostas.
- De acordo com o seu plano individual, serão definidos objetivos a alcançar e definido um determinado prazo. Os objetivos serão concretizados através de atividades e dinâmicas propostas pela equipa do projeto. A apreciação feita pela equipa permitirá às jovens fazerem acertos e adaptações para, no final transitarem para a 3ª fase;

A terceira e última fase é a fase “Concretização/Estabilização”, na qual as jovens deverão, durante um ano:

- Participar mais ativamente na definição seu projeto de vida relativamente ao percurso: escolar, de formação profissional ou de inserção no mercado de trabalho;
- Utilizar os recursos e serviços disponíveis na comunidade de forma autónoma (usando o cartão de cidadão, o cartão de saúde, tendo uma conta bancária);
- Identificar e aplicar regras básicas de organização e gestão da habitação e do tempo;
- Agir de modo adequado em situações de conflito;
- Planear e organizar a saída definitiva da instituição com base numa calendarização a efetuar com os técnicos.

A implementação do projeto iniciou-se em Setembro de 2012 com dez jovens, com idades entre os 16 e 20 anos, que viviam há mais de cinco anos na instituição e cujas famílias continuavam a não manifestar condições de voltar a recebê-las.

O programa de desenvolvimento de competências

O programa de desenvolvimento das competências pessoais e sociais prevê diversas sessões cujos conteúdos incidem sobre:

- O desenvolvimento pessoal – promoção da autoestima e autocontrolo, saber lidar com as emoções, gestão da ansiedade e raiva, resistência à frustração, mitos e crenças, cuidados e higiene pessoal, saber lidar com a intimidade/sexualidade;
- As relações interpessoais – gestão de conflitos, saber tomar decisões, saber comunicar, saber negociar, cumprimento de regras e limites;
- Gestão de recursos – utilização e serviços da comunidade, gestão do dinheiro.

As sessões, como já foi referido, podem ser individuais ou em grupo, efetuam-se de acordo com uma programação feita antecipadamente e são dinamizadas pela assistente social e pela psicóloga.

A duração das sessões é de mais ou menos uma hora, quer as individuais, quer as coletivas. A sua dinâmica manifesta-se em quatro tempos na apresentação do tema: *início*, com a revisão da sessão anterior relembrando o assunto que foi apresentado (exceto a 1ª, que começa com a apresentação do programa); *apresentação do tema*, em que se explora os conhecimentos que

as jovens possuem e se apresentam os objetivos da sessão; *desenvolvimento*, com uma dinâmica que promova a motivação e participação, podendo assumir a forma de um jogo de papéis, de uma tarefa concreta, de construção de histórias, de exercícios de imaginação, de visionamento de vídeos, de jogos ou desafios de grupo; e *conclusão*, realizando-se a síntese dos assuntos discutidos na sessão e as conclusões a que se chegou.

Relativamente às sessões individuais a dinâmica de grupo é convertida numa atividade mais individualizada, realizam-se num gabinete dum técnico, para terem acesso ao computador e estarem num ambiente mais sossegado.

As sessões coletivas tanto pode ser num espaço amplo (salão), na rua ou até na sala grande da habitação, dependerá das condições que a dinâmica exigir.

Após cada sessão as técnicas elaboram uma avaliação sobre a participação de cada jovem relativamente ao seu comportamento (pontualidade, participação, interesse, cooperação) e da compreensão do conteúdo da sessão (capacidade de relacionar o tema com situações reais, saber realizar as fichas, flexibilidade e desembaraço para obtenção do conhecimento).

A dinamização das competências domésticas decorre no dia-a-dia durante as rotinas da habitação em que as jovens participam diretamente, de acordo com uma tabela de tarefas e com a supervisão e ajuda da “madrinha”. As competências domésticas incidem na realização das tarefas de confeção das refeições, da higienização e limpeza da habitação e tratamento da roupa.

As competências domésticas não têm grande dificuldade porque é habitual as crianças e jovens durante o período de institucionalização acompanharem e ajudarem nas atividades domésticas, de acordo com a sua idade e capacidade. Isto é favorecido devido LIJ ser em vivendas. Dadas estas circunstâncias, o modo de avaliação da aquisição das competências domésticas incide mais especificamente na motivação, no empenhamento, no prazer e na perfeição como é realizada cada tarefa.

A avaliação que dá origem à passagem de fase é realizada através de instrumentos criados para o efeito, nomeadamente grelhas de observação, questionários e fichas de atividades temáticas.

2.2 O Projeto “Casa de Pré-Autonomia” na atualidade

O projeto iniciou-se em setembro de 2012 com dez jovens, de acordo com os requisitos atrás enunciados. Logo após o primeiro mês ocorreu a primeira desistência de uma das jovens que ao atingir a maioridade considerou sair da instituição e viver com o namorado, alterando de forma imprevista o projeto de vida que tinha planeado meses antes. O grupo ficou assim com nove elementos.

Em fevereiro de 2013 ocorreram as primeiras avaliações que permitiriam às jovens evoluir para a 2ª fase do programa. Este processo causou algum *stress*. Duas das jovens, receosas de que os resultados da sua participação fossem considerados inferiores ao previsto, desistiram do Projeto. Estas jovens saíram também da instituição e regressaram às suas famílias. Nestes casos, ambas têm mais de 18 anos.

O grupo ficou assim com sete elementos. Em abril entrou um novo elemento, por se reconhecer que oito seria o número adequado para a constituição do grupo.

Em maio surgem novas alterações. Desta vez uma jovem saiu para uma Unidade de Vida Protegida e outra fez os 18 anos e saiu da instituição. Esta jovem sempre manifestou que o seu projeto de vida não passaria por continuar institucionalizada quando atingisse a maioridade. Logo, a sua saída não foi inesperada.

Em junho de 2013, o grupo estava novamente reduzido a seis elementos. A equipa do Projeto “Casa de Pré-Autonomia” considerou não ser oportuna a integração de novos elementos nesta altura do ano, já que se estava a entrar em período de férias escolares das jovens e das colaboradoras da instituição.

Novamente, em agosto, uma jovem de 20 anos, que tinha delineado e projetado que ficaria na instituição até ter a vida organizada, decidiu sair, apesar de ter havido várias conversas para a dissuadir desta decisão pouco planeada e pouco refletida.

Em setembro, após o regresso das férias e antes de iniciar o ano escolar, ingressaram no projeto três jovens, reconstruindo novamente o grupo de oito elementos.

O grupo agora era constituído por quatro elementos que estavam a frequentar a 2ª fase do programa e quatro a 1ª fase. A jovem que tinha entrado em abril ainda não tinha feito a sua avaliação.

De setembro até fevereiro decorreu um período mais estável, não havendo nem entradas, nem saídas e sendo o grupo constituído por oito elementos, ocorrendo nessa altura a avaliação para passagem de fase, das quatro jovens que estavam na 1ª fase e das outras quatro, que estavam na 2ª fase, ingressando assim nas fases seguintes.

Em março, o LIJ recebe indicação da Segurança Social de que o número de vagas deveria estar todo preenchido. Assim novamente passou a haver um grupo de dez. Entraram mais três jovens, pois durante as férias da Páscoa ocorreu a saída de uma jovem que estava com dificuldades em motivar-se para cumprir as metas a que se tinha proposto, acabando por desistir. Novamente, estamos no final do ano letivo e início de férias o que impossibilita fazer um trabalho de planeamento e posterior avaliação.

Estando este projeto na fase final da sua implementação, a equipa do Projeto “Casa de Pré-Autonomia” considera mesmo antes da sua avaliação, que o mesmo terá de ser reestruturado tendo em atenção as saídas inesperadas das jovens e a consequente substituição, bem como ajustar melhor o tempo das fases e a definição do período de duração das mesmas, assim como o modo de avaliação da passagem de fase para fase.

CAPÍTULO 3 - O processo de autonomia na Juventude

É durante a adolescência que no ciclo de vida individual surge o desejo e a vontade de ser independente e consequentemente de se ser autónomo.

O processo de separação que a/o adolescente impulsiona para se tornar um indivíduo autónomo é denominado por Blos (1996) de individuação. O indivíduo ao identificar-se com as figuras que lhe são próximas adota atitudes e comportamentos que ajudam a construir a sua personalidade. Este processo não é linear pois ocorre em diferentes momentos, envolvendo os vários adultos com quem se relaciona e fomentando situações ora de proximidade, ora de afastamento. Esta interação, que permite que o/a adolescente se torne responsável pelos seus atos e aja por si. Distanciando-se e diferenciando-se dos outros é que vai formar/fortalecer a sua individuação e construir gradualmente a sua autonomia (Pappámikail, 2004).

A autonomia é um constructo universal que muda de acordo com o seu significado e aplicação, podendo variar consoante o contexto e a situação, contudo, de uma forma geral, a autonomia é vista como um estado de independência e capacidade de se autogovernar, mantendo um equilíbrio positivo nas relações familiares e com a autoridade (Eccles et al., 1991; Spear & Kulbok, 2004).

Autonomia não deve ser confundida com independência, já que são conceções diferentes apesar de estarem muito relacionadas. Assim, a independência pode ser definida como a capacidade de se agir por conta própria, sem se depender de quem quer que seja, enquanto a autonomia prevê a aptidão de pensar, sentir e tomar decisões (Fleming, 2005; Steinberg e Silverberg, 1986).

Tornar-se uma pessoa autónoma, isto é, ter sucesso no desenvolvimento da autonomia é um processo complexo, cheio de contradições e ambivalências ligado a várias variáveis. Desde logo, podem ser identificadas variáveis internas, como a autoestima, perceção do ambiente, relações com a autoridade, desejo de independência e vontade de fazer escolhas. Com estas interagem variáveis externas como a estrutura familiar, comunicação familiar, presença ou ausência de controlo ou autoridade, ambiente psicossocial e emocional no contexto familiar ou institucional (Silverberg & Steinberg, 1987; Spear & Kubolk, 2004). A aquisição da autonomia acaba por gerar efeitos na satisfação com a vida, liberdade, aumento da produtividade, autoconceito positivo e tomada de decisão competente (Dickey & Deatrick, 2000; Spear & Kulbok, 2004).

3.1 A Juventude como fase do ciclo de vida

Como afirma José Machado Pais (1990, p.149), a juventude pode ser encarada “como aparente unidade (quando referida a uma fase da vida) e como diversidade (quando estão em jogo diferentes atributos sociais que fazem distinguir uns dos outros)”. Ao pensarmos a juventude como o período de transição da adolescência para a vida adulta teremos de ter em conta não só a faixa etária, que por si só é um conceito difícil de definir por implicar a definição de limites mas também a dimensão sociocultural, que está ligada ao processo de preparação dos indivíduos assumirem o papel de adultos na sociedade relativamente à responsabilidade pessoal e profissional.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera a juventude, do ponto de vista sociológico, como a preparação dos indivíduos para o exercício da vida adulta, abrangendo a faixa etária dos 15 aos 24 anos de idade, diferenciando-se assim da adolescência que se refere ao processo biológico, que vai dos 10 aos 19 anos de idade, compreendendo a pré-adolescência (10 a 14 anos) e a adolescência propriamente dita (15 a 19 anos).

Embora a juventude possa ser tomada como uma categoria social, quando se agrupam todos os indivíduos que compartilham a mesma fase de vida, é necessário perceber as múltiplas experiências que se reúnem sob essa denominação.

É na adolescência que ocorrem as maiores e mais rápidas mudanças no desenvolvimento humano, sendo que as mais notórias as que ocorrem ao nível físico. (Papalia, Olds & Feldman, 2006). Para além destas ocorrem também modificações cognitivas e sociais, que são determinantes para o desenvolvimento do adolescente (Sprinthall & Collins, 2008). Nem só o corpo é passível de mudança durante a adolescência, o pensamento também o é (Papalia et al., 2006).

Ao nível cognitivo, o adolescente passa por transformações na sua forma de pensar e raciocinar. Segundo Piaget (1924, citado em Coslin, 2002) é na adolescência que o sujeito desenvolve o pensamento formal ou abstrato, após os 12 anos de idade. Esta mudança no pensamento permite-lhe pensar de uma forma mais flexível, considerando diferentes possibilidades e testando várias hipóteses para a resolução de problemas (Sprinthall & Collins, 2008). O adolescente passa a ser capaz de pensar sobre o próprio processo de pensar – metacognição.

Neste período, o adolescente adquire a capacidade de se debruçar sobre o abstrato, o que permite ao indivíduo refletir sobre as emoções e as relações sociais (Coslin, 2002). Embora se desenvolva uma crescente capacidade de refletir sobre o mundo social, Elkind (1967, citado em Papalia et al., 2006) aponta a existência de uma forma de egocentrismo típica dos adolescentes, sendo caracterizada de duas formas – narrativa pessoal e o público imaginário. Os adolescentes acreditam serem únicos na sua maneira de ser e de sentir (narrativa pessoal) e que toda a atenção das outras pessoas é dirigida a si (público imaginário).

As mudanças ao nível social sucedem-se entre a autonomia e a dependência. O jovem começa progressivamente a distanciar-se dos pais, a desinvestir na relação familiar, começando a investir noutras relações e em si mesmo (Dias Cordeiro, 1988 citado em Ferreira & Nelas, 2006). Esta separação simbólica entre o adolescente e os pais pode constituir uma tarefa difícil para ambas as partes, sendo através deste distanciamento da família que o jovem busca um maior conhecimento de si e da sua definição enquanto indivíduo autónomo. As relações com os indivíduos da sua faixa etária assumem uma maior importância, servindo como ponto de referência no que diz respeito aos comportamentos, atitudes e valores (Boisvert, 2006). O grupo de pares substitui em determinados momentos a família enquanto agente de socialização (Boisvert, 2006), tendo como funções, o desenvolvimento de competências interpessoais e partilha de interesses, sentimentos e preocupações (Coslin, 2002).

Ainda no plano relacional, Erikson (1968, citado em Sampaio, 1996) considera que a crise psicossocial que o adolescente enfrenta ocorre entre a formação da identidade e a difusão da identidade. O autor considera que a personalidade adulta assenta no conceito que o adolescente tem de si, ou seja, da forma como se percebe e como é percebido pelos outros (Jackson & Goossens, 2006). A formação da identidade resulta da integração das mudanças relativas ao período da puberdade, das expectativas culturais e das pressões sociais, desenvolvendo um sentido de unicidade e de continuidade ao longo do tempo.

Quando esta consciência do eu não se desenvolve de forma coerente, o jovem adquire uma identidade difusa (Sprinthall & Collins, 2008). De acordo com Cloutier (2001, citado em Boisvert, pp.143) “é a imagem do papel que atribuímos a nós mesmos, que dá um sentido ao presente e orienta o futuro com base nas experiências passadas”. Durante a adolescência, o jovem vive um período de espera que Erikson designou por moratória psicossocial (Ferreira & Nelas, 2006) no qual o sujeito procura ativamente alternativas, caminhos possíveis a seguir,

explora e experimenta vários papéis sociais (Coslin, 2002), explorando a realidade numa busca de maior conhecimento do eu (Sprinthall & Collins, 2008).

Ao longo do processo de socialização, o adolescente é confrontado com várias tarefas de integração progressiva de várias componentes, que lhe permitirão adaptar-se ao meio. A organização das representações e das condutas corresponde a uma dessas componentes, designada juízo moral por Maryniak, (1988, citado em Coslin, 2002). Com o início do pensamento formal, o adolescente desenvolve uma maior capacidade de abstração e de flexibilidade, de ir para além do objetivo e de considerar também o pensamento dos outros. Este progressivo amadurecimento cognitivo potencia também mudanças ao nível do sistema de valores do jovem. O juízo moral debruça-se, sobretudo, sobre os aspetos centrais – a ética e a justiça (Sprinthall & Collins, 2008).

De acordo com a teoria de Kohlberg (1969, citado em Papalia et al., 2006), o adolescente desenvolve a capacidade para refletir sobre os problemas, explorar e avaliar assuntos importantes, tendo como ponto de referência as leis sociais. Segundo Bandura (1991, citado em Coslin, 2002), o comportamento moral ocorre através de um processo de aprendizagem por observação, não estando tão associado ao desenvolvimento cognitivo, como postula a teoria de Kohlberg. As crianças poderiam desenvolver a moralidade sendo expostos a modelos adequados, nomeadamente os pais e os pares (Bègue, 1998, citado em Coslin, 2002). Segundo o modelo proposto por Hogan (1973, citado em Coslin, 2002), o comportamento moral poderá também estar associado a cinco dimensões da personalidade, sendo elas o conhecimento moral (proporcionando aprendizagem de regras através do jogo social), a socialização (gerando interiorização das regras), a empatia (levando a perceber o ponto de vista do outro), a autonomia (no exercício livre do juízo moral) e a componente do juízo moral (traduzida numa ética pessoal).

Em suma, podemos considerar que o período da adolescência é extremamente complexo, por todas as mudanças que nele ocorrem e porque o modo como é vivido está intimamente relacionado com o meio onde o adolescente se encontra integrado. Para além disto, a forma como é percebido é singular, de acordo com a época, o ambiente cultural, social e económico (Ferreira & Nelas, 2006).

3.2 O processo de autonomia de jovens

A autonomia na adolescência desenvolve-se através das relações com os familiares, com os pares e com as diversas pessoas exteriores ao círculo familiar.

Apesar de ser considerado parte integrante do processo de desenvolvimento psicológico, a autonomia do adolescente gera normalmente conflito, uma vez que obriga a uma alteração nas ligações familiares. Os jovens reivindicam um novo estatuto em relação à família cuja ação é orientada pelo dever de ao mesmo tempo, os proteger e emancipar, forçando a recomposição e transformação nas relações (Silverberg & Steinberg, 1987).

A transformação nas relações acontece porque a família sente necessidade de alargar os espaços e papéis individuais, sem prejudicar o espaço e a organização grupal. De facto existe uma redefinição na família mas mantém-se a sua coesão (Relvas, 2000). De acordo com a perspetiva sistémica considera-se que os conflitos mais predominantes neste estágio são “ (...) controlo *versus* liberdade; responsabilidade parental *versus* responsabilidade partilhada; valores sociais *versus* valores académicos; mobilidade *versus* estabilidade; (...)” (Relvas, 2000, p.169).

É nesta perspetiva, que Noom (1999) define a autonomia como a habilidade para dirigir a própria vida, para definir metas, desenvolvendo-se sentimentos de competência e habilidade para regular as próprias ações. Considerando que a aquisição da autonomia nos adolescentes corresponde a um conjunto de competências que lhe permitem controlar a sua vida, agindo enquanto mecanismo de regulação interna, estas competências compreendem a capacidade do adolescente: (1) pensar por si próprio, escolher valores pessoais, tomar decisões e estabelecer objetivos; (2) sentir confiança para assumir os seus valores, objetivos e decisões, sem depender excessivamente de validação social; e (3) refletir no seu comportamento uma conduta confiante e autodeterminada (Noom, Dekovic, & Meeus, 1999; 2001).

Noom (1999) propõe um modelo de aquisição de autonomia nos adolescentes, composto por três dimensões, referentes à capacidade de o jovem controlar a sua vida. O autor diferencia uma dimensão cognitiva, uma dimensão emocional e uma dimensão funcional.

Dimensão cognitiva:

A autonomia atitudinal consiste na habilidade de especificar várias opções, de tomar decisões e definir objetivos. Esta dimensão corresponde à perceção do adolescente sobre o que fazer

com a sua vida. Mais do que uma competência cognitiva, é o processo cognitivo de avaliar possibilidades e desejos, desenvolver e definir valores e objetivos pessoais.

Dimensão emocional:

A dimensão emocional enuncia a percepção de independência emocional dos pais e pares, existindo o sentimento de confiança nas suas próprias escolhas e objetivos. Os adolescentes têm de manter um sentimento de confiança nos seus próprios objetivos, ao mesmo tempo que demonstram consideração pelos objetivos dos outros.

Dimensão funcional:

A autonomia funcional define-se como as diferentes formas de atingir um objetivo. Incorpora processos reguladores, como a percepção de competência e de controlo resumindo-se à compreensão da posse de diferentes estratégias para alcançar um objetivo e sentir que se é competente para desenvolver uma estratégia e alcançar um objetivo (Graça, Calheiros & Martins, 2010; Noom et al., 2001; Reichert & Wagner, 2007).

Diversos estudos confirmam que a autonomia favorece o ajustamento psicossocial (Noom, Dekovic, & Meeus, 1999), a formação da identidade (Frank, Pirsch, & Wright, 1990), a capacidade de tomar decisões (Beckert, 2007), a autoestima (Noom, 1999), a resistência a pressões dos grupos de pares (Steinberg & Silverberg, 1986) e desmobilizam comportamentos de risco (Turner, Irwin, Tschann, & Millstein, 1993).

3.3 A especificidade do processo de autonomia em jovens institucionalizadas/os

Segundo Carneiro (2005), tendencialmente, as crianças e jovens deixam a instituição quando atingem a maioridade e saem com fracas competências ao nível da autonomia e do seu desenvolvimento pessoal para se enquadrarem socialmente. Isto implica repercussões negativas no seu futuro ao nível pessoal, profissional e familiar, que muitas vezes estimulam o aparecimento e desenvolvimento de comportamentos antissociais.

O Relatório CASA 2012 revela que o número de jovens em situação de acolhimento com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos de idade apresenta um valor muito expressivo em relação à totalidade de jovens em acolhimento (4.692 : 54.9%), sendo que se se incluírem aqueles que têm entre 18 e 20 anos, passa a verificar-se um peso percentual ainda maior (5.636 : 66%).

Face a estes números há que adequar as práticas de acordo com as necessidades individuais destes jovens através de modelos de intervenção terapêuticos e reabilitadores.

De acordo com o Manual de Boas Práticas do Instituto de Segurança Social elaborado por Leandro *et al.* (2006) reconhece-se que as crianças e jovens institucionalizados devem beneficiar da definição de um projeto de vida. Esse projeto de vida deve assentar em oito princípios e valores do cuidar: “Dignidade; Respeito; Autonomia; Capacidade de escolher; Privacidade e intimidade; Confidencialidade; Igualdade e Equidade e a Participação” (p. 106-107). Assim, na instituição deve-se respeitar a individualidade de cada residente, para que se sinta na sua própria casa, encorajando-o a ser responsável pelos seus atos e por si próprio, decidindo e fazendo escolhas de forma a promover o seu bem-estar emocional, a sua autonomia e a sua autodeterminação. É importante que os residentes possam exprimir-se sobre o plano de atividades da instituição, bem como sobre a própria estrutura residencial e dar as suas sugestões. É igualmente importante que se promova a “inclusão comunitária” (p.114) das crianças e jovens institucionalizados, com vista ao desenvolvimento e à sua participação em atividades fora da instituição, na medida em que se promove a integração na comunidade e o contacto com a realidade exterior.

Leandro *et al.* (2006) declaram que é necessário estimular nessas crianças e jovens competências sociais, aproximando-se o mais possível de um modelo familiar, possibilitando aos residentes a participação tanto na confeção de refeições, como na compra de alimentos, desenvolvendo assim o consumo consciente. A compra de alimentos possibilita-lhes comparar produtos, no custo e na qualidade, permitindo-lhes fazer escolhas e desenvolver a sua autonomia.

Barth *et al.* (2009) reconhecem também a importância do desenvolvimento de programas de autonomia de vida e de desenvolvimento de competências sociais e pessoais em jovens institucionalizados. A aprendizagem destas competências prepara as crianças/ jovens para uma vida saudável em sociedade. Também Georgiades (2005) destaca que jovens acolhidos e que nunca integraram programas de autonomia de vida dependem mais da ajuda financeira e manifestam mais frequentemente comportamentos disruptivos do que jovens que participaram em programas de autonomia e de desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

A promoção de competências para o aperfeiçoamento do relacionamento interpessoal e ajustamento social dos jovens prenuncia uma tendência favorável na evolução ao nível do

comportamento, da flexibilidade cognitiva e adequação do estilo interpessoal (Clavero et al., 2006; Del Valle & Garcia Quintanal, 2006; Jardim & Pereira, 2006; Negreiros, 2008; Rijo et al., 2007). Estas melhorias poderão influenciar profundamente a vida dos participantes, tanto no presente como no futuro e este efeito pode generalizar-se para todos os contextos da vida do jovem, incluindo o social, o escolar, o profissional e o familiar (Alberto, 2003; Barth et al., 2009)

Em Portugal são conhecidos alguns programas de desenvolvimento de autonomia com vista à promoção de competências pessoais e sociais aplicados em contextos institucionais, nomeadamente na Casa Pia de Lisboa e Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil dos Açores (Rijo et al, 2007) e em contextos escolares (integrados no Programa Integrado de Educação e Formação - PIEF).

Quase todos estes programas se baseiam no programa *Umbrella* (Del Valle & Quintanal, 2006), que constitui um importante método de trabalho direcionado para o acolhimento residencial de crianças e jovens, visando o desenvolvimento das competências sociais e de autoestima e possibilitando ao jovem acesso a ferramentas úteis para a transição para a vida adulta. O Programa é constituído por um conjunto de atividades individuais que permitem incrementar a independência e a autonomia dos jovens acolhidos. O objetivo geral deste programa é apoiar o jovem na inserção no mercado de trabalho, adquirir formação profissional e ter condições para ter a sua própria casa, favorecendo assim o autoconceito e autoestima positiva.

PARTE II

CAPÍTULO 4 - Objetivos e Metodologia

O LIJ no qual se desenvolve o projeto objeto de estudo desta dissertação caracteriza-se pelo elevado tempo de institucionalização das jovens que aí cumprem medida de acolhimento. Para colmatar esta evidência negativa e preparar as jovens para a saída do lar, uma vez cessada a medida de acolhimento, em 2012 teve início o Projeto “Casa de Pré-Autonomia”. O Projeto é um elemento integrado no processo de autonomia de jovens do sexo feminino em acolhimento no LIJ. Este projeto integra um programa de treino de competências pessoais, sociais e domésticas, com o objetivo de ajudar as jovens na promoção de uma saída segura e sustentada do lar de acolhimento e de lhes proporcionar uma transição adequada e favorecedora da sua integração na sociedade.

O estudo que agora se apresenta foi desenvolvido a partir da seguinte pergunta de partida: "Como é que as jovens, sujeitos participantes num projeto de pré-autonomia, antecipam a sua autonomia pouco tempo antes de cessar a sua medida de acolhimento em LIJ (dois meses, coincidentes com os meses de junho e julho de 2013?)".

4.1 Objetivos da pesquisa

O objetivo geral da pesquisa consiste em compreender a importância do Projeto “Casa de Pré-Autonomia” para seis jovens e para três técnicas que participam no projeto, como elemento que faz parte do processo de autonomia de jovens do sexo feminino em acolhimento em LIJ.

O objetivo geral desagrega-se nos seguintes objetivos específicos:

1. Conhecer a expectativa das jovens em relação à sua autonomia;
2. Aferir, do ponto de vista das jovens, a importância do Projeto “Casa de Pré-Autonomia” no seu processo de autonomia;
3. Conhecer a expectativa das técnicas em relação à autonomia das jovens que participam no projeto;
4. Aferir, do ponto de vista das técnicas, a importância do Projeto “Casa de Pré-autonomia” no processo de autonomia das jovens;
5. Avaliar o nível de autonomia das jovens nas dimensões: atitudinal, emocional e funcional, dois meses antes de cessar a sua medida de acolhimento em LIJ.

As jovens serão caracterizadas em relação à idade, às pessoas que consideram significativas na sua vida e em relação ao percurso de institucionalização. Estas três variáveis são consideradas importantes de acordo com a revisão da literatura.

4.2 Desenho da pesquisa

4.2.1 Tipo de pesquisa

Para cumprir os objetivos propõe-se um estudo de caso, de natureza exploratória, que permita uma compreensão mais aprofundada sobre a importância do Projeto “Casa de Pré-Autonomia” desenvolvido no LIJ onde decorreu o estudo, no processo de autonomia de cada uma das jovens que participam no Projeto.

Será utilizada uma abordagem predominantemente qualitativa, uma vez que se privilegia a compreensão dos problemas a partir da perspectiva das jovens participantes e das técnicas envolvidas no Projeto “Casa de Pré-Autonomia”. Esta abordagem é adequada considerando a pequena dimensão da amostra de estudo. No entanto, também serão usados instrumentos adequados para captar dados de cariz quantitativo. Esta opção resulta numa triangulação de métodos, em ordem aos objetivos definidos. Assim, os objetivos 1, 2, 3 e 4 serão alcançados recorrendo à realização de entrevistas semiestruturadas, cujos guiões foram elaborados para este propósito pela autora da pesquisa (podendo ser consultados no anexo I e no anexo II) e o objetivo 5 será alcançado recorrendo à aplicação do questionário – QAA (Noom, 1999) (anexo III).

4.2.2 Sujeitos de pesquisa

As participantes da pesquisa (sujeitos de pesquisa) são as seis jovens do sexo feminino, em frequência do programa de treino de competências do Projeto “Casa de Pré-Autonomia” e as três técnicas que desenvolvem o projeto (uma assistente social, uma psicóloga e uma educadora social) durante o período de recolha de dados para a pesquisa conducente à dissertação de mestrado.

Tabela 1 - Caracterização das jovens e do seu percurso institucional⁴

Jovens	Idade	Idade em que foi institucionalizada pela 1ª vez	Tempo total em que vive em instituição	Outras instituições onde esteve antes desta
J1	17	8	9	1
J2	17	11	4	1

⁴ As siglas J1, J2, J6 apresentadas na tabela são usadas para proteger a identidade dos sujeitos da pesquisa. Mais à frente, no subcapítulo dedicado à apresentação dos procedimentos metodológicos usados, será melhor esclarecida e justificada esta opção.

J3	17	12	5	0
J4	19	6	12	0
J5	16	15	3	0
J6	21	7	13	0

As idades das jovens variam entre os 16 e 21 anos sendo a média etária 17 anos e 10 meses. Três das jovens foram institucionalizadas ainda na infância e as outras três já eram adolescentes. Em cada um dos casos o tempo de institucionalização é superior a 3 anos atingindo um máximo de 13, sendo o mínimo de 3. O tempo médio é de 7 anos e 8 meses. Apenas duas jovens passaram por outra instituição (num acolhimento de emergência) tendo aí permanecido por um curto período de tempo.

Tabela 2 - Caracterização das Jovens em relação ao momento do acolhimento

Jovens	Conhecimento dos motivos de institucionalização	Sentimentos expressos em relação ao primeiro dia de chegada à instituição
J1	Não	“Nervosismo, medo, timidez”
J2	Não	“Foi estranho ... Eu gosto de conhecer pessoas novas por isso achei divertido, só que ao passar de uma semana já ... não me estava a sentir bem ali”
J3	Não	“Sozinha, desamparada, estava com medo”
J4	Não	“Estive a tarde toda com a L (auxiliar educativa) e havia muitas miúdas, que horror nem podia ver, achava elas muito “coisinhas” mas depois... Eu nunca larguei a L estive sempre agarrada a ela.”
J5	Sim	“Era estranho, porque não conhecia quase ninguém e sentia-me assim um bocado perdida, no meio de tanta gente e no meio de tanta coisa. Não sabia como devia ser a minha reação, nem como é que ia lidar com as pessoas.”
J6	Não. “Acho que sim”. (Indecisão)	“Desamparada, triste, receosa, com medo. Queria era fugir.”

Das seis jovens, apenas uma, manifestou ter conhecimento do motivo da sua institucionalização. Outra jovem manifesta indecisão. A jovem que afirma conhecer o motivo da sua institucionalização chegou há menos tempo ao lar (há 3 anos) e é a jovem com idade mais avançada (15 anos). Pode-se considerar que houve, da parte da instituição alguma alteração na maneira de atuar ou que a própria jovem (dada a sua idade) se apercebesse por si própria do motivo que a levou ali. Em relação à jovem que expressa alguma dúvida, verifica-se que ela não foi esclarecida na altura como as demais e, com o passar do tempo, ela tira as suas próprias conclusões interpretando a situação.

Independentemente dos motivos que levaram ao acolhimento, verifica-se alguma homogeneidade em relação aos sentimentos que são recordados. Todas as jovens descrevem o momento de institucionalização como momentos de insegurança, descrevendo alguém que entra num espaço completamente desconhecido e lhes transmitem sensações de medo, desamparo, tristeza, confusão e solidão.

Tabela 3 - Caracterização das técnicas⁵

Técnicas	Idade	Formação	Cargo que ocupa
T1	35	Licenciatura em Psicologia Clínica	Psicóloga
T2	40	Licenciatura em Serviço Social	Diretora Técnica
T3	32	Licenciatura em Educação Social	Educadora Social

As técnicas participantes desta pesquisa que compõem a equipa multidisciplinar afeta ao Projeto “Casa de Pré-Autonomia” têm idade entre os 32 e os 40 anos, todas possuem grau académico de Licenciatura, de acordo com o cargo que ocupam, nomeadamente Licenciatura em Psicologia, Serviço Social e Educação Social. A Técnica de Serviço Social ocupa também o cargo da Direção Técnica da instituição.

4.2.3 Instrumentos de recolha de dados

Para se efetuar a recolha de dados conducentes ao cumprimento dos objetivos de estudo recorreu-se à realização de entrevistas às jovens e às técnicas e à aplicação de um questionário apenas às jovens.

Considerámos que a entrevista seria o melhor método para obter a informação relativa ao conhecimento das jovens e das técnicas acerca da importância do Projeto “Casa de Pré-Autonomia” no processo de autonomia das jovens. Isto porque a entrevista privilegia a fala dos sujeitos, permitindo compreender melhor a realidade onde estão inseridos e a perceção dessa realidade, através dos seus discursos (Fraser & Gondim, 2004).

Com a intenção de obter os dados para avaliar o nível de autonomia das jovens optou-se pela utilização de um questionário, porque é um instrumento que apresenta as mesmas questões a

⁵ As siglas T1, T2 e T3 protegem a identificação das técnicas que participaram na pesquisa. Como anteriormente referenciado, será esclarecida e justificada melhor esta opção aquando da apresentação dos procedimentos metodológicos usados.

todos os participantes e permite, através dessas questões padronizadas e específicas sobre determinado assunto, conhecer e medir condições e modos de vida, comportamentos, atitudes e opiniões.

4.2.3.1 Entrevistas

A realização de entrevistas semiestruturadas às jovens e às técnicas deve-se à sua particularidade de possibilitarem flexibilidade na aplicação do guião. O guião de entrevista foi construído, de acordo com uma lista de questões direcionadas para os objetivos desta pesquisa e diferenciado, um para as jovens (Anexo I) e outro para as técnicas (Anexo II).

A flexibilidade que as entrevistas semiestruturadas nos permite refere-se à possibilidade de se estabelecer um diálogo com as entrevistadas, permitindo alguma liberdade para desenvolver respostas que promovam uma exploração mais aprofundada do assunto e com aspetos que se considerem porventura mais relevantes, porém tendo sempre em atenção não desviar as respostas do assunto primordial.

As entrevistas foram realizadas sempre pela mesma entrevistadora (também investigadora desta pesquisa e candidata à obtenção do grau de mestre em Política Social) considerando-se ser isto uma vantagem, uma vez que a investigadora conhecia bem todas as jovens e técnicas. Dado tratar-se um processo de recolha de dados emocionalmente sensível, esta circunstância permitiu “criar uma atmosfera conducente a uma comunicação aberta e franca entre o entrevistador e os entrevistados” (Holstein & Gubrium, 1997, p. 116).

De acordo com o objetivo 1 (Conhecer a expectativa das jovens em relação à sua autonomia) e 2 (Aferir do ponto de vista das jovens, a importância do Projeto “Casa de Pré-Autonomia” no seu processo de autonomia), pretende-se com as entrevistas às jovens conhecer o(s) seu(s) percurso(s) de institucionalização e compreender a importância que elas atribuem ao Projeto “Casa de Pré-Autonomia” na promoção da sua autonomia.

De acordo com o objetivo 3 (Conhecer a expectativa das técnicas em relação à autonomia das jovens envolvidas no projeto) e 4 (Aferir do ponto de vista das técnicas, a importância do Projeto “Casa de Pré-autonomia” no seu processo de autonomia das jovens), com as entrevistas às técnicas deseja-se saber, de acordo com as suas expectativas, a importância do Projeto “Casa de Pré-Autonomia” na autonomia das jovens envolvidas no Projeto.

O processo de análise de dados recolhidos inclui o emparelhamento de dados das entrevistas realizadas às jovens com os dados das entrevistas realizadas às técnicas. Esta dimensão comparativa da análise permitirá compreender o modo como as técnicas avaliam a interação entre as jovens e entre estas e as técnicas, assim como o modo como avaliam a aprendizagem das competências pessoais, sociais e domésticas, relativamente à sua importância para a construção da autonomia.

4.2.3.2 Questionário de Autonomia nos Adolescentes – QAA

O instrumento de recolha de dados que permitirá cumprir o objetivo específico 5 (Avaliar o nível de autonomia das jovens nas dimensões: atitudinal, emocional e funcional) é o QAA *Questionário de Autonomia nos Adolescentes* (Noom, 1999) composto por 15 itens que refletem e avaliam os níveis de autonomia de adolescentes nas dimensões atitudinal, emocional e funcional (Anexo III).

O Questionário de Autonomia nos Adolescentes, construído por Noom em 1999, é um questionário de autorresposta que visa avaliar a autonomia nos adolescentes nas dimensões: atitudinal, emocional e funcional. Como se disse, é constituído por 15 itens, 5 itens por dimensão, sendo os itens de tipo declarativo formulados quer na forma afirmativa (e.g. “Sou uma pessoa corajosa”), quer negativa (e.g. “Muitas vezes não sei o que pensar”). A resposta é de tipo fechado recorrendo a uma escala de Likert de 5 pontos, variando entre o mínimo “Nada característico de mim” (1) e o máximo: “Bastante característico de mim” (5).

Este questionário foi adaptado ao contexto nacional por Graça, Calheiros, & Martins (2010) através de um estudo em que o questionário original (Noom, 1999) foi submetido a análise fatorial confirmatória, análise de fidelidade, análise de sensibilidade e correlações interfatores.

O estudo efetuado por estes investigadores realizou-se em contexto escolar numa amostra com 171 jovens. A análise fatorial confirmatória veio mostrar que o questionário construído por três dimensões não se adequou à estrutura correlacional observada. Esta equipa, utilizando uma análise exploratória, construiu então uma nova estrutura composta por quatro fatores: Autodeterminação; Independência; Autonomia cognitiva e Autonomia emocional, que se considera mais adequável à população adolescente em contexto escolar.

É conhecida apenas mais uma utilização do QAA, agora em contexto institucional, num estudo que participaram 181 jovens (155 em LIJ e 26 em Apartamento de Autonomização).

Este estudo foi desenvolvido no Instituto Superior Miguel Torga, por Magda Neves e intitulado “ Autonomia e Satisfação com a Vida em Jovens Institucionalizados – Lares de Infância e Juventude vs Apartamentos de Autonomização”. Neste estudo foi seguida a perspetiva inicial, proposta por Noom (1999), em relação às três dimensões de autonomia.

4.3 Procedimentos Metodológicos

A recolha dos dados (por entrevista e questionário) verificou-se durante os meses de junho e julho de 2013.

Neste trabalho, houve a preocupação de assegurar um conjunto de procedimentos éticos em relação à instituição onde se realizou a pesquisa e em relação às participantes (sujeitos de pesquisa).

Tendo em atenção que a investigadora é colaboradora na instituição e participante (direta) no projeto “Casa de Pré-Autonomia”, a instituição ao ter conhecimento da intensão da realização do presente estudo e considerando que seria uma mais-valia para o desenvolvimento organizacional do LIJ manifestou, desde logo, o seu consentimento prescindindo de qualquer documento formal, baseando-se na relação de confiança que dispunha com a colaboradora.

Porém, de modo a preservar a identidade das participantes do estudo, o nome da instituição encontra-se omissa aparecendo simplesmente como “instituição”, “instituição onde se realizou o estudo” ou “Lar de Infância e Juventude objeto de estudo”.

Em relação às participantes foi-lhes solicitado o seu consentimento verbal para a realização das entrevistas e foi-lhes dada a garantia do direito à privacidade e proteção de identidade, designadamente suprimindo os elementos suscetíveis de identificação.

Foi explicado a cada uma das jovens e das técnicas o objetivo do trabalho e o que se pretendia ao realizar a entrevista, tendo sido solicitada permissão a todas para o registo áudio, sendo o conteúdo posteriormente transcrito e identificado por um código. As jovens são identificadas com a letra J e um número que vai do 1 ao 6 e as técnicas com um T e o número do 1 ao 3. As letras e os números conjugados apenas são dotados de significado para a investigadora.

As entrevistas foram feitas individualmente para não haver a possibilidade de alguém ser influenciado. As entrevistas às jovens realizaram-se na sala de estudo da vivenda onde as

jovens habitam, tendo uma duração entre vinte a trinta minutos. As entrevistas às técnicas ocorreram nos respetivos gabinetes e a sua duração foi entre quarenta a cinquenta minutos.

Todas as entrevistas decorreram sem interrupções. Não houve nenhuma recusa de resposta, quer no subgrupo das jovens, quer no subgrupo das técnicas.

4.4 Análise de dados

No processo de tratamento de dados recolhidos por meio de entrevista, elaborámos uma análise de conteúdo categorial, onde se procurou explicitar e apresentar os conteúdos das respostas das jovens e das técnicas. Para o tratamento dos dados obtidos através do QAA recorreremos ao *software SPSS – Statistical Package for Social Sciences*.

A análise de conteúdo categorial concretiza-se através da separação da informação por categorias, de acordo com uma determinada lógica. Guerra (2006, p.80) apresenta este tipo de análise como sendo “...a identificação de variáveis cuja dinâmica, é potencialmente explicativa de um fenómeno que queremos explicar”.

Recorrendo à metodologia proposta por Bardin (2009) procedeu-se a uma pré-análise de todo o conteúdo das entrevistas das jovens e das técnicas, após a sua transcrição, efetuando-se uma leitura “flutuante”. De seguida, passou-se para a exploração de todo o material, em que se identificaram temas e problemáticas gerais e se reconheceram diversas categorias (que incluem informação mais abrangente) e subcategorias (que incluem informação mais específica).

A categorização tem como principal objetivo colocar em ordem o material recolhido nas entrevistas efetuadas aos sujeitos da pesquisa, classificando-o de acordo com critérios pertinentes, encontrar variáveis que expliquem as diferentes realidades observáveis e encontrar semelhanças e diferenças nas narrativas dos sujeitos (Guerra, 2006).

Para melhor se operacionalizar o trabalho de categorização elaborou-se uma Grelha Analítica onde se registaram as dimensões que constam nos respetivos Guiões das Entrevistas e as categorias e subcategorias. Na grelha contém o que foi expresso pelos entrevistados, mas de forma mais organizada e condensada (Guerra, 2006).

Na primeira parte do guião de entrevista às jovens referente ao tema “Percurso de Institucionalização”, obtêm-se os dados sociodemográficos que permitem a caracterização dos sujeitos da pesquisa

Tabela 4 - Grelha Analítica das Entrevistas às Jovens

DIMENSÃO	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	
AVALIAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	Satisfação com a instituição	Boas condições físicas	Fatores institucionais
		Boas cuidadoras	Fatores Socioafetivos
		Dar proteção	Fatores Socioafetivos
		Bom funcionamento	Fatores institucionais
		Proporcionar educação/Formação	Fatores Socioafetivos
		Satisfação das necessidades básicas	Fatores Socioafetivos
	Insatisfação com a instituição	Regras da instituição	Fatores institucionais
		Mau funcionamento	Fatores institucionais
		Preparação da saída da instituição	Fatores Socioafetivos
		Pouca atenção individualizada	Fatores Socioafetivos
		Ser feminino	Fatores institucionais
		Afastamento da comunidade	Fatores institucionais
O PAPEL DA INSTITUIÇÃO NO PROCESSO DA AUTONOMIA	Sugestões das jovens para a promoção da sua autonomia	Programa de desenvolvimento da autonomia	
		Maior liberdade	
		Definição do projeto de vida	
		Ter experiências de voluntariado	
		Frequentar programa de desenvolvimento pessoal	
		Ter sessões de esclarecimento sobre problemas sociais	
		Ter experiência de contatos com os serviços	
		Considerar a responsabilidade pessoal e não só a idade	
	Aprendizagens úteis (adquiridas na instituição na promoção da autonomia)	Gestão da casa e organização da habitação	
		Relações interpessoais	
		Gestão de problemas e conflitos	
		Gestão de recursos	
		Gestão do tempo	
	Projeto de vida futuro	Acabar os estudos	
		Ir para a universidade	
		Viver com...(outra/s pessoa/s)	
		Vida profissional	
	Sentimentos de autonomia na família <i>versus</i> autonomia na instituição		
SUPORTE SOCIAL (ORIGEM E TIPO DE APOIO)	Composição da rede de suporte social	Família	
		Amigos	
		Membros da Instituição	
		Outros	
	Tipo de apoio reconhecido pelas jovens	Afetivo/emocional	
		Informativo	
		Material	

Na “Avaliação da Instituição” pelas jovens, emergiram duas categorias de resposta: Satisfação e Insatisfação com a Instituição. A Satisfação com a Instituição apresenta a visão positiva das jovens em relação às condições físicas, às cuidadoras, à sensação de proteção, ao bom funcionamento, à educação e formação que lhes é prestada e à satisfação das suas necessidades básicas. A Insatisfação com a Instituição realça o que as jovens consideram como negativo, que são as regras considerando negativa a imposição de regras, o funcionamento, a preparação das jovens para a saída, a pouca atenção individualizada, a instituição ser feminina e o afastamento do LIJ face à comunidade.

Na dimensão que congrega as respostas referentes à avaliação do Papel da Instituição no Processo de Autonomia identificamos quatro categorias: Sugestões das Jovens na Promoção da sua Autonomia, Aprendizagens Úteis Adquiridas na Instituição na Promoção da Autonomia, Projeto de Vida no Futuro e Autonomia na Família *versus* Autonomia na Instituição.

As Sugestões das Jovens na Promoção da sua Autonomia é uma categoria que se pautou pela apresentação da perspetiva das jovens relativamente à promoção da sua autonomia e de componentes que lhe estão associadas (liberdade, projeto de vida, experiências de voluntariado, conhecimento de problemáticas sociais, desenvolvimento pessoal e idade de saída da instituição).

Na categoria Aprendizagens Úteis Adquiridas na Instituição na Promoção da Autonomia estão incluídas as respostas e os excertos relacionados com o Programa de Desenvolvimento das Competências Pessoais, Sociais e Domésticas, integrado no Projeto “Casa de Pré-Autonomia” e cujas subcategorias incidem na gestão e organização da habitação, nas relações interpessoais que são estabelecidas na habitação, na gestão de conflitos, na gestão dos recursos e na gestão do tempo.

A categoria, “Projeto de Vida no Futuro”, prende-se com o que as jovens preveem que irão fazer futuramente. As respostas remetidas a esta categoria evoluem para a finalização dos estudos, ir para a universidade, viver com outra/s pessoa/s e previsão da vida profissional.

A quarta categoria, “Autonomia na família *versus* Autonomia na Instituição” emerge da comparação do que as jovens pensam que poderia ter sido diferente nas suas vidas se estivessem a residir com a sua família.

Na última dimensão, “Suporte Social: Origem e Tipo de Apoio” definiram-se duas categorias: Rede de Suporte Social e Tipo de Apoio fornecido pela rede de suporte e reconhecido pelas Jovens.

A Rede de Suporte Social inclui o tamanho e a composição do conjunto de indivíduos com quem as jovens mais contam relativamente à família, aos amigos, à instituição e a outras pessoas da comunidade. O Tipo de Apoio Reconhecido integra o auxílio que a rede de suporte presta a nível afetivo/emocional, informativo e material e que as jovens percebem como podendo ser recebido.

A análise das entrevistas às técnicas teve um tratamento idêntico ao realizado com as entrevistas às jovens, tendo sido elaborada também uma grelha analítica que se baseou na estrutura do guião de entrevista e que foi dividida em duas tabelas. Desta vez os dados sociodemográficos foram recolhidos no final da entrevista.

Tabela 5 - Grelha Analítica das Entrevistas às Técnicas

DIMENSÃO	CATEGORIA	SUBCATEGORIA
PROGRAMA “CASA DE PRÉ-AUTONOMIA”	Descrição do Programa “Casa de Pré-Autonomia”	Objetivos
		Fases de desenvolvimento
		Avaliação do desenvolvimento do programa
		O PSEI
	Recursos	Materiais
		Humanos
	Limitações	Limitações à efetivação do projeto

Tabela 6 - Grelha Analítica das Entrevistas às Técnicas (continuação)

DIMENSÃO	CATEGORIA	SUBCATEGORIA		
RELACIONAMENT O DAS JOVENS	Expetativas de suporte das figuras da rede social das jovens	Família	Apoio quando saem da instituição	Fatores positivos/ promissores
			Fator securizante para as jovens	Fatores positivos/ promissores
			Preservação da cultura, das suas raízes	Fatores positivos/ promissores
			Persistência dos problemas na família	Fatores negativos/ ameaças
		Amigos	Apoio e suporte	Fatores positivos/ promissores
			Motivação	Fatores positivos/ promissores

		Instituição	Aquisição de competências, boas referências e valores	Fatores positivos/promissores
			Bons cuidadores	Fatores positivos/promissores
			Relação de proximidade e confiança	Fatores positivos/promissores
		Comunidade envolvente	Localização geográfica	Fatores positivos/promissores
			Dificuldade de aceitação por parte da comunidade	Fatores negativos/ameaças
			Educação Cívica	Fatores positivos/promissores
	Estratégias adotadas para promover as relações com as figuras da rede social das jovens	Família	Aproximação e acompanhamento	
			Mediação familiar	
		Amigos	Conversar para ajudar a lidar com a frustração	
			Tolerância	
			Aconselhamento e sensibilização	
			Promoção de contatos	
		Instituição	Avaliação do estado psicoemocional das jovens	
			Ajuda aquando da saída da instituição	
		Comunidade Envolvente	Atividades para a promoção da inclusão e de relações interpessoais	
			Sensibilização para o trabalho da instituição	
NECESSIDADES E COMPETÊNCIAS DAS JOVENS FACE AOS OBJETIVOS DO PROGRAMA DE PRÉ-AUTONOMIA	Carências das jovens	Automotivacionais		
		Autoemocionais		
		Suporte social e emocional		
		Dificuldades nas relações interpessoais – gestão de conflitos e saber negociar		
	Impedimentos ao desenvolvimento das competências	Tempo		
	Atividades e estratégias para promover a autonomia	Workshops		
		Participação atividades da comunidade		
		Atividades organizadas pelas próprias jovens		

O “Programa de Pre-Autonomia” foi descrito pelas técnicas de forma breve, apresentando-se as suas fases evolutivas, o modo como é efetuada a avaliação e a contribuição do Programa para a construção do PSEI. Estes dados enriqueceram o subcapítulo relativo à Emergência e desenvolvimento do Projeto “Casa de Pré-Autonomia”.

Foram evidenciados os recursos materiais e humanos, as condições físicas onde o programa se desenvolve e a equipa (multidisciplinar) que lhe está afeta. Quanto às limitações e obstáculos ao Programa as referências são relacionadas com o reduzido suporte económico para o projeto, impossibilitando experiências consideradas pelas técnicas importantes para o desenvolvimento autónomo das jovens.

Relativamente à dimensão “Relacionamentos das jovens”, as técnicas reconheceram a importância das relações que são estabelecidas na rede social dessas jovens e revelaram reconhecer como elementos dessa rede social, a família, os amigos, a instituição e outras pessoas da comunidade. Na entrevista destacaram também as estratégias adotadas pela instituição para promover essas relações.

Em relação à família, as técnicas reconhecem o apoio e segurança que esta pode significar aquando da saída das jovens da instituição, a possibilidade de preservação da sua cultura ou, de forma negativa, a persistência na família dos problemas que levaram a institucionalização da jovem.

Os amigos são apresentados como potencial fonte de apoio, suporte e de motivação para as jovens se adaptarem e compreenderem a vida em sociedade.

A instituição pode representar uma fonte de apoio importante através da aquisição de competências, boas referências, valores e das relações de proximidade e confiança que são estabelecidas entre as jovens e os cuidadores.

Quanto à *comunidade envolvente* as técnicas apresentam algumas condições menos positivas, como a localização geográfica e suas limitações, por ser uma povoação rural e a eventual estigmatização ligada a isso. Em relação à parte mais positiva podemos considerar que a comunidade contribui favoravelmente ao nível da educação cívica, de participação das jovens na comunidade em festas e eventos e em campanhas de voluntariado (limpeza de praias e florestas).

As estratégias, que a instituição adota para promover as relações com a rede social são ajustadas aos agentes que compõem a rede social.

Relativamente à *família*, as estratégias desenvolvidas são de aproximação e acompanhamento das jovens, impulsionando a mediação familiar. Os dados das entrevistas sugerem que com os

amigos as estratégias usadas têm uma natureza diferente. Com este grupo favorecem-se as conversas que possam tranquilizar e ajudar a lidar com a frustração, a promoção da tolerância, o aconselhamento e a sensibilização para os problemas e a promoção dos contatos.

Em relação à própria *instituição* há a preocupação de se realizar a avaliação psicoemocional das jovens com o objetivo de as conhecer melhor e a ajuda em gêneros aquando do momento da sua saída.

As ações da instituição em relação à *comunidade envolvente* vão no sentido de as jovens participarem nas atividades locais que promovam a sua inclusão e as relações interpessoais. E ainda sensibilizar a população para o trabalho “sério” que a instituição realiza.

A terceira parte das entrevistas às técnicas incide sobre o reconhecimento das necessidades e competências das jovens face aos objetivos do Programa de Pré-Autonomia. Definiram-se quatro categorias de análise, (i) as carências das jovens, (ii) as competências que já foram impulsionadas, (iii) as competências que ainda não foram impulsionadas e o motivo para este impedimento, (iv) as atividades e as estratégias consideradas ideais para promover a autonomia.

Segundo as técnicas, as carências das jovens no trabalho de desenvolvimento da sua autonomia são de origem automotivacional, autoemocional, falta de suporte social e emocional e dificuldades nas relações interpessoais na gestão de conflitos e saber negociar.

As competências pessoais, sociais e domésticas que segundo as técnicas já foram impulsionadas são todas as que foram definidas no processo de hierarquização realizado pelas jovens. As que ainda não foram trabalhadas são as menos escolhidas no mesmo processo hierárquico ou não foram trabalhadas por falta de tempo.

As atividades e estratégias para promover a autonomia são *workshops*, participação em atividades da comunidade e atividades organizadas pelas próprias jovens.

O questionário QAA foi analisado com o programa de *software* SPSS, versão 22.

CAPÍTULO 5 - Apresentação e Discussão dos Resultados

Em relação à avaliação da instituição pelas jovens (dentro da categoria, **Satisfação com a Instituição**) é manifestada a apreciação das boas condições que o espaço físico habitacional apresenta, tanto interiores como exteriores. As jovens fazem comentários positivos, como:

“Tem boas condições.” (J1, J2)

“O espaço é bom, no geral tanto interior e exterior.” (J3)

Também a atuação dos cuidadores é referida como positiva, como ilustram as citações seguintes:

“Algumas pessoas (...) [são boas]. ” (J1)

“Mais pessoas a apoiar. ” (J3)

“ (...) dão atenção às miúdas (...). ” (J5)

“ (...) carinho (...). ” (J6)

Poderemos inferir que as jovens se sentem protegidas pela instituição. No seu discurso dizem que o LIJ:

“ (...) acolhe miúdas como nós, que lá fora podíamos estar não sei como (...). ” (J4)

“ (...) deram-me acolhimento (...). ” (J6)

As jovens consideram ainda que a instituição tem um bom funcionamento, relativamente às atividades que promove, à disponibilização de dinheiro de bolso, à educação/formação:

“ (...) fazem atividades que nos fazem angariar conhecimentos para o futuro. ” (J2)

“Apoio financeiro – recebimento de mesada. ” (J3)

“ (...) prepara-nos para a vida lá fora. ” (J4)

Ainda é referido pelas jovens que a instituição satisfaz as suas necessidades mais básicas, como a alimentação entre outras não especificadas, que consideram ser essenciais para serem felizes:

“ [deram-me] comida. ” (J6)

“ (...) aqui possuímos coisas que não teríamos se estivéssemos a viver com os nossos pais. ” (J4)

“ [dão-nos] tudo para sermos felizes. ” (J6)

Apesar de enunciados alguns aspetos positivos, as jovens também relatam alguma **Insatisfação com a Instituição**. As regras são consideradas rígidas e em excesso:

“Haver [regras, mas] não serem muito rígidas.” (J1)

“Tem muitas regras.” (J4)

Ao nível do funcionamento transmitem algum descontentamento, mas nem sempre muito explícito e consideram que as alterações recentes na formação de grupos por idades mais homogéneas não serão benéficas:

“(…) o funcionamento da casa (...) e no geral. “ (J1)

“Eu acho que as casas mistas [idades] estavam melhores.” (J2)

“Menos liberdade [comparando com a que tinha anteriormente, antes de entrar na instituição]. ” (J3)

Em relação à preparação para a saída da instituição, as respostas das jovens sugerem que é insuficiente o que se faz e o auxílio prestado pode ser redutor no acesso a experiências que potenciam a construção da sua autonomia:

“(…) desde que uma rapariga chega aqui, a instituição devia trabalhar na sua saída no que é que ela ia fazer e não esperar até tipo, por exemplo aos 16 ou 17, isso é demasiado tarde, depois as miúdas começam a viver com preocupações e assim coisas do género.” (J2)

“(…) um dia chegamos lá fora e caímos de para-quedas e temos de nos levantar de outra maneira, não é a mesma coisa que estar aqui que está tudo pago e nós não temos de nos preocupar com as coisas cá dentro.” (J4)

Uma jovem declara a pouca atenção individualizada, principalmente por parte da direção e da equipa técnica:

“(…) os diretores, não passam muito tempo connosco, nem os doutores eles não sabem se nós estamos bem ou se nós estamos mal.” (J2)

Outra jovem comenta o facto de a instituição acolher apenas crianças e jovens do sexo feminino gerar mais conflitos:

“(…) sermos todas raparigas, isto é um tumulto de conflitos.” (J4)

Também é revelado numa outra resposta que a instituição não é muito aberta à comunidade, o que origina algumas dúvidas sobre a vida fora da instituição e favorece a ansiedade em algumas jovens

“E depois também tem coisas que lá fora se calhar, podíamos viver de outra maneira (...) é que nós não vivemos a realidade verdadeira de lá fora, nós não sabemos nada, sabemos ... mas nem tudo.” (J4)

Durante as entrevistas foi proposto às jovens que enunciassem algumas sugestões para **a promoção da sua autonomia**. Foi respondido como importante viver numa casa com regras e funcionamento diferente das outras, que a preparação para a autonomia não devia ser trabalhada apenas nos dois anos em que se desenvolve o projeto, que o projeto deveria desenvolver-se fora do recinto da instituição, onde o contato fosse mais próximo com a realidade exterior, com a comunidade e a importância do acompanhamento pelo psicólogo na inserção no mercado de trabalho. Entre as sugestões feitas pelas jovens selecionámos algumas por serem mais ilustrativas:

“Mandava [as jovens] assim... para uma casa de pré-autonomia, tipo a nossa” (J1)

“[as jovens] teriam que ir para uma casa de pre-autonomia (...) para fazer casa de autonomia, teria que ser fora da instituição, mas com supervisão e pronto”. (J2)

“[A autonomia] Deve ser desde o início (...) quando estamos a aprender as coisas. Eu cheguei com 11 no meu exemplo elas (doutoras – equipa técnica) poderiam começar aí a fazer esse processo mas não. E assim nós misturamos os sentimentos e os problemas que tínhamos dantes com os de agora. E ficamos a pensar demasiado no futuro e andamos chateadas e sempre preocupadas, que um dia vamos ter de sair.” (J2)

“Um plano de pré-autonomia, em que as miúdas não estivessem no recinto onde estavam as outras miúdas, tivessem vida fora [da instituição] como se fosse mesmo em casa delas. Para aprenderem como é o mundo real lá fora.” (J5)

“Na saída [definitiva da instituição] os psicólogos ajudam por exemplo na procura de emprego, dão força.” (J3)

As jovens referem que se fossem elas a organizar o seu processo de autonomia iriam considerar a liberdade como um fator essencial, como se pode ler nestas citações:

“Dava mais um bocado de liberdade para ver o que é mundo lá fora.” (J1)

“Saídas [noturnas] com horário mais alargado “é que quando aquilo [programa] está quase (...) a começar temos que vir embora.” (J4)

Quanto à definição do projeto de vida, todas as jovens pensam que é útil serem consultadas e aconselhadas sobre o seu futuro. Seleciono apenas algumas frases, dado que a confirmação de algumas jovens se fez pela anuência de movimentos da cabeça ou com “hum hum”:

“(...) ter uma ideia das preocupações, das responsabilidades (...) [perceber] o que elas [jovens] queriam para o futuro (...) e o que (...) queriam seguir” (J2)

“Começar a pensar no futuro cedo, propondo talvez coisas comesçassem a trabalhar ao fim de semana ou fazer parte-times durante as férias.” (J6)

Do ponto de vista das jovens, as experiências na área do voluntariado e sessões de esclarecimento sobre problemas sociais seriam também benéficas para o reconhecimento de dificuldades que a vida lhes pode apresentar:

“Ir de vez em quando aos Sem-Abrigo para ver que a vida lá fora não é fácil.” (J3)

“Sessões de grupo a falar mais sobre os Sem-Abrigo” (J3)

Uma jovem sugeriu a importância da participação em programas de desenvolvimento pessoal, como o *Coaching*:

“Acho que as Sessões de Coaching são importantes.” (J3)

Foi referido, por algumas jovens, a vantagem do contato direto com os serviços da comunidade. Como se pode ler nas transcrições abaixo, algumas jovens consideram mesmo que esta dimensão deveria ser mais aprofundada no Projeto:

“Nós irmos fazer compras lá fora e sabermos o que nós gastamos aqui da luz, água, isso.” (J1)

“Eu acho que devíamos ter mais contato com as coisas lá fora, tipo pagar a luz aqui de casa e a água, comida porque um dia chegamos lá fora não temos noção do que é isso.” (J4)

“As saídas à noite ... devíamos ter mais, que era para ver a vida noturna em termos de dinheiro.” (J6)

Em relação à idade ideal para se viver de forma independente, a lei refere os 18 anos. As jovens consideram os 21/22 anos, vale a pena destacar que há que ter em conta a maturidade da pessoa e avaliar o facto de possuir alguma organização e estabilidade, considerando assim a possibilidade de alargar o limite da idade de saída, alterando w adaptando as leis:

“Vinte e dois / Vinte e três anos.” (J1)

“Mais de vinte e um anos ... [com] a vida organizada, não tenho idade definida.” (J2)

“Vinte/vinte e um anos. Porque é quando eu concluo os meus estudos e talvez arranje emprego e arranje uma casa nessa altura.” (J3)

“Depende da maturidade... Em relação a mim, como eu quero ir para a faculdade e essas coisas, tem que ser mais tempo até porque eu retive um ano. Se nós viemos para a instituição então temos aproveitar o que ela nos pode dar” (J4)

“Não sei. Até poderia ser aos 18, só que não sei se tinha trabalho, se tinha dinheiro para organizar a minha vida.” (J5)

“Aos vinte / vinte e um anos. Porque se calhar aí, isso também tem a ver com a maturidade, mas aí já temos a escola feita já temos objetivos para o nosso futuro e aí é mais fácil correr atrás deles.” (J6)

Relativamente à categoria **Aprendizagens úteis adquiridas na instituição** na promoção da autonomia foram encontradas diversas conjunturas consideradas importantes e desenvolvidas na instituição nomeadamente em relação à gestão da casa e organização da habitação:

“Sim. Aprendo tipo a gerir as coisas em casa. Limpeza, alimentação e essas coisas.” (J1)

“Da gestão da casa... aprendo. Apenas tenho que ter mais cuidado com a preguiça” (J2)

“Sim. Na realização das tarefas ... mas a gestão também pode ser financeiramente e nós não temos noção dos gastos que fazemos.” (J3)

“Sim, sim, eu é que sou um bocado preguiçosa” (J4)

“Sim. Limpar o quarto, as salas, sim, fazer a comida.” (J5)

“Sim. Nós é que fazemos a lista das compras, a ementa dos jantares, a limpeza...” (J6)

Em relação às relações interpessoais, que se estabelecem com os pares e/ou com os adultos, há um reconhecimento pelas jovens de que a instituição promove aprendizagens mas nem todas as jovens consideram que são suficientes:

“Sim algumas [aprendizagens] em exagero. Tipo, estamos a ir fazer sessões por causa disso... nós nem sabemos o que vai acontecer lá fora ... ninguém sabe.” (J1)

“Não [são suficientes as aprendizagens] ” (J2)

“São [suficientes as aprendizagens] ” (J3)

“Não, é assim elas (doutoras) tentam o melhor possível mas nós não conseguimos nos dar todas umas com as outras, é dos feitios de cada uma, é difícil nós nascermos com um feitio e estarmos a transformá-lo de outra forma é impossível porque nós somos assim. (J4)

“Mais ou menos” (J5)

“Temos que interagir umas com as outras. Temos que nos ajudar mutuamente. Para sabermos lidar com a sociedade lá fora.” (J6)

Em relação à gestão de problemas e conflitos, a opinião das jovens é unânime, afirmando que é insuficiente o que a instituição tem proposto para saberem ultrapassar essas dificuldades:

“Não, nem sempre [consigo gerir os conflitos] mas há coisas que se poderiam evitar. (J1)

“Não. (...) Quando fazemos alguma coisa mal tinham que pensar que algo mínimo se transforma numa coisa muito grave que no início até nem tinha importância e não chamaram à atenção e isso piorou” (J2)

“ [Não] Por vezes têm que intervir pessoas adultas” (J3)

“ [Não] Acho que há coisas injustas, há mais castigos para umas do que outras.(J4)

“ [Não] Complicam um bocado. Não sabem ouvir as duas partes e tentar que elas falem e se compreendam uma a outra, por vezes só ouvem uma parte.” (J5)

“ [Não] Não ajudam muito.” (J6)

Relativamente à gestão dos recursos, uma jovem reconhece que existem sessões de sensibilização, mas a maioria das jovens considera que não são promovidas aprendizagens suficientes:

“Não ... se não nos apresentam as contas da luz e da água nem nada disso nem faço ideia sequer.” (J1)

“Não. Antes elas [equipa técnica] importavam-se [em] ensinar-nos isso agora não, é isso elas não passam muito tempo connosco. [a madrinha] alerta [para a contenção dos consumos], mas como não estamos habituadas, não ligamos.” (J2)

“Sim. Nas sessões de sensibilização.” (J3)

“ [Não] Apesar da madrinha andar sempre a dizer que é par a gente apagar as luzes (...) mas nós não obedecemos muito (...), até [colocam] ali informações e a luz da casa de banho que acende e apaga [com temporizador]. Mas se nós não somos poupadas, (...) como nós não temos noção das coisas, de pagarmos fazemos isto “tudo à grande e à francesa” como se fosse tudo nosso, não somos nós que pagamos.” (J4)

“Não, porque a gente não chega ao final do mês com as contas se a gente tivesse aquela ideia de que gastou isto num mês e depois no outro se tentássemos poupar mais e se víssemos que gastamos menos é totalmente diferente. (J5)

“Não” (J6)

Na gestão do tempo, as jovens dizem que as aprendizagens têm sido suficientes pois declaram que sabem como fazer, porém nem sempre o fazem:

“Sim. No principio disseram [como devia fazer]” (J1)

“Sim” (J2)

“Sim. Mas nem sempre [eu consigo] (J3)

“Sim. (...) nem sempre cumprimos tudo (...) há horas para deitar e levantar e chegar a horas ao refeitório... Eu sou muito desorganizada e não cumprio muito horários No tempo de aulas, tenho alguma dificuldade em cumprir horários as vezes ficava na cama e baldava-me as aulas.[Quando viver sozinha] aí tenho que ter responsabilidades, também tenho de ter agora mas depois será diferente.” (J4)

“Sim” (J5)

“Sim. Dão-me a possibilidade de gerir por mim própria” (J6)

As jovens têm para o seu futuro projetos que passam pela finalização ou continuação dos estudos, indo para a universidade ou no estrangeiro:

“Acabar 12ºano” (J1)

“Acabar o curso de cozinha e pastelaria e continuar para o 10ºano em restauração e hotelaria.” (J5)

“Ainda estou a pensar se quero ir para a Universidade ou não. Ir estudar para Londres. Porque está lá o meu pai a viver” (J1)

“Ir para a faculdade e continuar o meu curso que é de Marketing” (J4)

Para além disto também referem ir viver com familiares ou sozinhas:

“para casa de uma das minhas irmãs, porque ela sabe ensinar essas coisas todas que estamos a aprender e ela até que nos ajuda nisso tudo.” (J2)

“Sozinha. Primeiro num quarto que é mais barato.” (J3)

O planeamento da sua vida profissional passa pela obtenção de um emprego indiferenciado, com o qual possam obter dinheiro para concretizar os seus sonhos ou que lhes permita economizar para começar a vida fora da instituição. Algumas jovens referem um trabalho na área profissional para a qual estudaram e progredir nessa profissão:

“O que eu gostava de seguir é uma questão de sorte, que era ser modelo e dançarina profissional Aos vinte e um anos vou trabalhar em qualquer coisa, mas vou lutando para depois concretizar os meus sonhos. ” (J2)

“É arranjar trabalho e conseguir manter-me aqui [na instituição] alguns meses e depois ir embora. (J6)

“Estive a estagiar e agora fiquei lá a trabalhar no restaurante, em parte time durante o período das férias.” (J5)

Durante as entrevistas as jovens foram questionadas sobre o que poderia diferenciar a aquisição da **autonomia** vivendo com as **famílias** e vivendo na **instituição**.

As respostas, em relação à vivência na família, direcionam-se para a existência de uma maior percepção da realidade, por haver contato mais direto com a satisfação das necessidades e desejos. Na família a autonomia é trabalhada desde cedo pois as crianças são incentivadas a fazerem os trabalhos domésticos. As jovens consideram que não existe tanta pressão para que se tenha de sair de casa a determinada idade:

“Lá fora temos mais noção das coisas do que aqui dentro” (J1)

“aos 7 anos eu já sabia fazer muitas coisas que aqui as raparigas na instituição com 16 não sabiam fazer” (J2)

“na minha família não teria muitas possibilidades de viver o que aqui vivo e como também nunca me dei muito bem com a minha mãe poderia haver muitos conflitos.” (J4)

“Fala-se dos gastos e despesas e temos mais a noção da vida real.” (J5)

“Na família alguma coisa pode correr mal mas sabemos que eles estão lá sempre e não temos a necessidade de sair depressa de casa” (J6)

Na instituição, de acordo com as respostas das jovens, a preparação para a autonomia é iniciada só em determinada idade, percebida apenas aquando da implementação do projeto (aos 16 anos):

“aqui começamos [a promoção de autonomia] com determinada idade” (J2)

Outra jovem manifesta que pelo fato de viverem em grupo será mais fácil adquirirem mais competências, pois ao treinarem em conjunto criam-se mais condições que promovem a aprendizagem:

“aqui temos outras jovens que também estão a fazer o mesmo projeto (...) aqui dão-me muito mais possibilidades, acho que dão mais hipóteses.” (J3)

No LIJ, a componente afetiva é considerada como estando abaixo do que recebem na família e a pressão exercida para preparar para a saída é muito forte:

“aqui falta amor e carinho, o que (as cuidadoras) transmitem nunca é igual ao da família. (J5)

“aqui chega-se a um ponto que está na hora de sair” (J6)

A partir da revisão da literatura torna-se ainda mais claro que é importante o apoio fornecido pela **rede de suporte social** como um fator preponderante na construção da autonomia das

jovens. Assim sendo, era um objetivo do estudo conhecer as pessoas com quem as jovens mais se relacionam e em quem confiam, na sua família, no grupo de amigos, na instituição e na comunidade onde estão inseridas (escola, aldeia, ...).

As respostas obtidas são apresentadas na tabela seguinte

Tabela 7 - Composição da rede de suporte social das jovens e pessoas em quem confiam

	Família	Amigos	Instituição	Outras Pessoas
J1	<i>“[não confio em] ninguém”</i>	<i>“Talvez uns dois ou três”</i>	<i>“Duas ou três”</i>	<i>“Não”</i>
J2	<i>“Duas?! As minhas irmãs.”</i>	<i>“Oito”</i>	<i>“Uma”</i>	<i>“Ninguém”</i>
J3	<i>“Um. O meu irmão”</i>	<i>“Dois”</i>	<i>“Ninguém”</i>	<i>“Um/dois professores”</i>
J4	<i>“Uma. A minha prima”</i>	<i>“Três”</i>	<i>“Dois”</i>	<i>“Não, ninguém”</i>
J5	<i>“Três. As minhas tias e minha avó”</i>	<i>“Uma”</i>	<i>“Uma”</i>	<i>“Não”</i>
J6	<i>“Duas. A minha irmã e meu padrinho.”</i>	<i>“[no]máximo cinco”</i>	<i>“Três”</i>	<i>“Talvez uma”</i>

Em relação à *Família* as jovens referem desde “ninguém” até três pessoas. Nenhuma jovem mencionou explicitamente pai ou mãe, mas referem irmãos, prima, tias e padrinho.

A subcategoria *Amigos* é o grupo que apresenta um número mais significativo de elementos, compreendido entre um e oito. Consideramos que esta resposta se enquadra no facto de ser muito importante para os jovens o grupo de amigos no período da adolescência.

Quanto às pessoas ligadas à instituição, uma jovem respondeu não confiar em “ninguém”. O número máximo reconhecido de pessoas significativas foi três.

Relativamente ao grupo *Outras Pessoas* referindo-se a pessoas da comunidade com quem as jovens possam ter alguma afinidade, apenas duas jovens mencionaram algumas pessoas, mas poucas (uma e duas).

Foi sugerido às jovens que identificassem o tipo de apoio que reconhecem ser prestado pelas pessoas identificadas na sua rede de suporte social, dentro dos parâmetros afetivo/emocional, instrumental e material. As respostas encontram-se expostas na seguinte tabela:

Tabela 8 - Tipo de apoio prestado pela rede suporte social e reconhecido pelas jovens

	Afetivo/emocional	Informativo	Material
J1	<i>Família, Instituição</i>	<i>Instituição</i>	<i>Família</i>
J2	<i>Família, Amigos, Instituição</i>	<i>Família, Amigos, Instituição</i>	<i>Família, Amigos, Instituição</i>
J3	<i>Amigos, Instituição</i>	<i>Família</i>	
J4	<i>Família, Amigos, Instituição</i>	<i>Família, Instituição</i>	<i>Família, Instituição</i>
J5	<i>Família, Amigos, Instituição</i>	<i>Família, Amigos, Instituição</i>	<i>Família, Amigos, Instituição</i>
J6	<i>Família, Amigos, Instituição, Outros</i>	<i>Família, Amigos, Instituição, Outros</i>	<i>Família, Amigos, Instituição, Outros</i>
Total	<i>Instituição = 6 Família = 5 Amigos = 4 Outros = 1</i>	<i>Instituição = 5 Família = 4 Amigos = 3 Outros = 1</i>	<i>Família = 5 Instituição = 4 Amigos = 3 Outros = 1</i>

Em relação ao *apoio afetivo/emocional*, as jovens reconhecem unanimemente que esse apoio é prestado sobretudo pela instituição. A família e os amigos também são reconhecidos pela maioria das jovens, como dando este apoio e uma jovem menciona ter alguém da comunidade que a apoia neste sentido.

Em relação ao *apoio informativo*, a instituição continua a ser o elemento da rede de suporte social que as jovens consideram que lhes proporciona este apoio, seguindo-se a família, os amigos e um elemento da comunidade.

O *apoio material* é mencionado maioritariamente como sendo a família a proporcionar e só depois é mencionada a instituição. Os amigos e um elemento da comunidade emergem depois. Há a referir que uma jovem não identificou ninguém nos diversos elementos da rede de suporte.

Focamos agora os resultados das entrevistas realizadas às técnicas.

Nas entrevistas foi solicitado às técnicas que definissem de forma breve o **programa de “Pré-Autonomia”**. Este foi descrito como um projeto que está em fase experimental, composto por três fases, com duração total de dois anos. O programa é avaliado pela equipa

multidisciplinar interveniente. Durante a recolha de dados havia o contributo de uma voluntária de *Coaching* no desenvolvimento de competências pessoais das jovens. As técnicas referiram ainda que o projeto é uma intervenção mais específica e direcionada para a promoção da autonomia. Apesar de algumas citações serem um pouco longas consideramos importante transcrevê-las para que se perceba que esta análise parte do entendimento das entrevistadas:

“O programa de pré-autonomia (...) ainda está em fase de experiência. O projeto está dividido por três fases (...) é avaliado pela equipa interveniente cujos elementos são um elemento da equipa educativa, que está com elas que é a madrinha, a técnica de serviço social e a psicóloga e ainda temos tido uma voluntária a desenvolver a nível do Coaching, que tem dado aqui de alguma forma algum contributo também, relativamente ao desenvolvimento dessas competências, nomeadamente em algumas áreas de trabalho de autoconceito, da autoestima e que poderiam aqui de facto ser trabalhadas por este elemento também.” (T2)

“O objetivo é que a longo prazo em termos da dinâmica da instituição fazer quase que uma passagem, um ritual de fase, de casas que leve a que haja por parte das jovens algum gosto, alguma motivação para passar para a casa de pré-autonomia. Seja por um lado, um sítio em que tenham mais direitos, coisas tão básicas e benesses que era o que queria dizer, mais autorizações para diversas situações, mas que por outro lado seja criado, que nesta altura ainda não é possível, quase como um sentimento de grupo e um pertencer, ... nesse sentido isso seria o desejável, o querer ir para ali porque é o grupo das mais velhas, é a autonomia, como se fosse visto como uma coisa boa e que quisessem alcançar e não como algo imposto, não como “tens que ir para ali para cumprir aquele processo” não, [ser] algo que (...) a própria jovem se sentisse de alguma forma valorizada por ir integrar, acho que era meio caminho andado para ir e para que as coisas corressem bem e depois até em termos do seu percurso” (T2)

Quanto às fases evolutivas do projeto, as técnicas expressam que na 1ª fase é realizado o levantamento, a hierarquização e o treinamento das três competências pessoais, sociais e domésticas mais fáceis de alcançar segundo a hierarquização feita pelas jovens. Esta fase tem duração de mais ou menos quatro meses. Quando a avaliação é positiva permitirá a transição para a 2ª fase:

“ (...) na 1ª fase (...) é feito um levantamento das necessidades psicossociais e domésticas e das dificuldades ao nível dessas competências reconhecidas pelas próprias jovens. Nesta fase para além de identificar são elas que as hierarquizam de acordo com o grau de dificuldade dessas mesmas competências. (...) são trabalhadas as 1ªs três competências de cada uma das áreas: competências sociais, pessoais e domésticas. [A avaliação será realizada] posteriormente pela madrinha, pela assistente social e pela psicóloga. Tendo uma avaliação positiva, a jovem passará então para a 2ª fase.” (T1)

“ (...) a 1ª fase com a duração de quatro meses” (T3)

Na 2ª fase são trabalhadas as restantes competências de forma gradual e de acordo com o grau de dificuldade enunciado pelas jovens. Esta fase tem duração de oito meses e há avaliação no final permitindo prosseguir para a 3ª fase:

“ (...) é a fase que serão trabalhadas as restantes competências sempre respeitando o grau de hierarquia, do mais fácil para o mais complexo, isto no sentido de servir sempre de reforço. No final dessa 2ª fase haverá uma nova avaliação, sendo essa avaliação positiva entraremos na 3ª fase.” (T1)

“ A 2ª fase do projeto tem a duração de oito meses, pretende-se que as jovens sejam trabalhadas com as restantes competências hierarquizadas por ela” (T3)

A 3ª fase é a fase de estabilização/consolidação. Tem duração de 12 meses ao longo das quais são trabalhadas todas as competências de uma maneira geral, de forma a confirmar as aprendizagens efetuadas e solidificar os conhecimentos adquiridos. O objetivo é as jovens sentirem-se seguras aquando da saída do LIJ:

“ (...) é uma fase em que se supõe que as competências tenham sido trabalhadas, tenham ficado com mais algumas competências e com mais algumas ferramentas a serem utilizadas quando saírem da instituição. [Nesta fase] continuarão (...) trabalhando sempre as regras, os limites, os direitos. (...) ao terminarem o seu plano escolar começarem a fazer a preparação do currículo, a procura ativa de trabalho e depois com o trabalho, conseguindo fazer uma gestão do dinheiro até que seja possível a saída das jovens.” (T1)

“A 3ª fase é então a fase que se chama consolidação, a fase em queremos que as coisas estejam mais estabilizadas, tem duração de 12 meses e aqui (...) é um bocadinho sensibilizá-las e trabalhá-las para a sua possível saída, tentar também que elas consigam de alguma forma estarem mais seguras para a sua saída, para a sua autonomização. (T3)

Relativamente à forma como o projeto está a evoluir, as técnicas referem alguma apreensão, dado as desistências de jovens e considerando que apenas metade do grupo passou à 2ª fase. Segundo as técnicas, os motivos passam por haver, da parte das jovens, o reconhecimento da importância do programa. As técnicas pensam que esta é uma situação ultrapassável, pois há empenho da equipa e vão notando alguma receptividade por parte das jovens:

“Da 1ª fase para a 2ª só passaram quatro jovens e de acordo com isso houve ... o grupo na altura, o inicial era constituído por 9 elementos, que entretanto ... neste momento não é o grupo que está estão apenas sete, e lá estão as tais saídas, uma porque integrou um outro projeto, ainda também dentro do seu projeto de vida, que foi a passagem para uma unidade de vida protegida e está de alguma forma a dar continuidade e a outra foi uma saída repentina e que não estava prevista e que quebrou aqui o seu projeto de vida. Das jovens que estão, as que não transitaram da 1ª fase estão a ser reavaliadas, e basicamente há aqui muita resistência por parte de algumas delas por não perceberem o porquê e a necessidade de estar num projeto assim, também ainda não se viu resultados. Porque é novo, não percebem porque é que têm que ... Eu acho que a nível de algumas áreas que estão a ser trabalhadas elas até têm receptividade e depois percebem que conseguem de alguma forma autoavaliar-se, que até aqui se calhar não tinham essa consciência, sim isso tem sido positivo por outro lado não sinto ainda que o projeto esteja a correr tão bem quanto nós desejaríamos. Acho que toda a gente tem feito um grande esforço e a nível da equipa a questão do que está a correr menos bem não se prende com o investimento da equipa eu acho que de uma maneira geral toda a gente tem(T2)

Uma das técnicas considera que o Projeto “Casa de Pré-Autonomia” também é uma maneira de ajudar a construir o Plano Sócio Educativo Individual de uma forma mais estruturada:

“Posteriormente à identificação e hierarquização das competências é (...) feito o PSEI que é precisamente um plano de intervenção e ação e de tudo aquilo que seja necessário fazer nesse sentido da sua autonomia. É construído entre o assistente social e a jovem em questão, e ela própria constrói, planeia, quais serão os passos que serão necessários dar, tentando planear com datas, isto numa forma de elas se sentirem mais seguras e saberem com o que é que contam até à sua autonomia.” (T1)

Avaliando os **recursos materiais** as técnicas referem a necessidade de haver uma verba direcionada especificamente para o projeto:

“A nível dos recursos materiais é necessário alguma verba para proporcionar aqui algumas atividades, alguns reforços, daquilo que elas vão adquirindo.” (T3)

Em relação aos **recursos humanos** afetos ao projeto nas respostas é sobretudo referida a composição da equipa, destacando a “madrinha”, a técnica de serviço social, a psicóloga e uma voluntária que desenvolve sessões de *Coaching*. As respostas também revelam, de uma maneira muito generalizada, a importância das suas funções:

“Um elemento da equipa educativa, que está com elas que é a madrinha, a técnica de serviço social e a psicóloga e ainda temos tido a desenvolver uma voluntária a nível do Coaching” (T2)

“O papel da educadora, da madrinha no nosso caso, (...) tem ali um trabalho muito direto e sistemático com as miúdas [e] depois a equipa de apoio à casa de pré-autonomia, tanto a nível do acompanhamento psicológico, como social.” (T1)

“Haver um técnico muito direcionado (...) é fundamental também a psicóloga (...), acho também necessário o técnico de serviço social e também a madrinha“ (T3)

As **limitações** que as técnicas mencionam no desenvolvimento e implementação do projeto estão relacionados com os recursos materiais, pois consideram que seria importante uma verba específica para se poderem realizar mais atividades no exterior da instituição:

“[Não] termos outro tipo de verbas para deslocações ao exterior das próprias jovens de forma autónoma, poderem fazer atividades com a equipa e nomeadamente com a madrinha de forma a proporcionar um contexto em vida real fora da instituição com mais frequência do que o que é possível fazer” (T2)

“Algumas falhas é precisamente em termos monetários, seria essencial a possibilidade de mais alguma verba específica. (T1)

“Uma das limitações deste projeto são os recursos materiais” (T3)

Acerca da **importância das relações** que as jovens estabelecem com a sua rede social, concretamente com a **Família**, as técnicas referiram-se ao apoio que as famílias poderão dar quando as jovens saem da instituição:

“ [Os familiares] poderão dar algum apoio quando elas saírem da instituição e acaba por ser mais um indicativo de que as miúdas não estão completamente sozinhas e que poderão ter algum tipo de suporte” (T1)

“Famílias [que não eram] maltratantes e que de alguma forma acabam por depois servir de suporte na autonomização” (T2)

A família é mencionada como fator securizante para as jovens promovendo o sentido de pertença:

“O facto de elas saberem que existem alguém já é um fator securizante para elas mesmas e para seguirem com a sua vida, independentemente da família não se assegurar (...) com competências para ser cuidadora antes dos 18 anos” (T1)

“É importante que elas mantenham um relacionamento com a família para o seu desenvolvimento pessoal e também para uma estabilidade emocional” (T3)

No discurso das técnicas fica explícito a importância da preservação da cultura e das raízes das jovens:

“É importante que elas mantenham um relacionamento com a família (...) para preservar a sua cultura, os hábitos que têm, as raízes” (T3)

Porém, também é manifestada alguma apreensão e preocupação, quando persistem os problemas na família:

“Famílias mais maltratantes as coisas complicam-se nomeadamente no voltar ao ciclo e não há um quebrar. E aí acaba por a família ser um ponto que acaba por destabilizar toda a evolução que poderia ter havido até ali.” (T2)

No que se refere aos **amigos**, as técnicas vêem-nos como um grupo valioso relativamente ao apoio e suporte, principalmente a nível emocional, já que na fase da adolescência os jovens dão muita importância aos pares:

“Extremamente importante para a autonomia das miúdas, sendo também um fator de apoio nessa fase da vida” (T1)

“Podem ser uma peça fundamental, no sentido de [poderem passar] boas referências ou de lhes transmitir coisas boas. Mas [no aspeto] negativo (...) quando há uma saída precipitada de uma dessas amigas pode levar a uma saída irrefletida com muito mais precipitação.” (T2)

“As relações de amizade, nestas idades, são muito importantes e dão-lhes ali algum suporte, também afetivo. Nestas idades, é mesmo muito importante os amigos são quase, considerados em primeiro lugar” (T3)

Segundo as técnicas, os colegas de estudo podem constituir um fator motivacional para incentivar a dedicação à escola:

“Elemento motivacional para as miúdas; continuarem a estudar e continuarem a aumentar o seu grau de escolaridade” (T1)

“O facto de ter pessoas estruturadas à volta poderá beneficiar sim (...) há aqui até uma interajuda” (T2)

“As relações com os colegas de estudo são muito importantes para isso para motivá-las para o estudo para dar a continuidade, para se aplicarem mais na escola” (T3)

Em relação à mais-valia que a **instituição** pode proporcionar às jovens na promoção da sua autonomia, as técnicas consideram que a aquisição de competências, de boas referências e valores são primordiais para as jovens formarem a sua personalidade e para se capacitarem para enfrentar o futuro sozinhas.

“A instituição começa o seu trabalho cedo (...) com o objetivo de que as miúdas quando chegarem aos 18 anos tenham capacidade e estejam munidas de competências ou o máximo das competências possíveis para que consigam viver sozinhas” (T1)

“Boas referências e valores que são transmitidos para poder depois usá-los como ferramentas quando forem para o exterior” (T2)

Nas respostas das técnicas emerge a importância das relações que as jovens estabelecem com os cuidadores. Consideram que estes podem apoiá-las de forma muito próxima, constituindo-se figuras de referência:

“Elas precisam aqui de um apoio sistemático, de um apoio muito próximo, de uma forma mais segura e para além disso para uma forma que nos momentos em que elas vacilem está sempre lá alguém que as motive e que as apoie e que as equilibre de alguma forma para seguirem com o seu projeto.” (T1)

“Equipa educativa sobretudo, a equipa auxiliar também, mas a equipa educativa tem aqui um papel fulcral nesta relação ...” (T2)

“Desde os técnicos ao pessoal auxiliar, acho que a importância das relações com os adultos, como figuras de referência é muito importante” (T3)

Segundo as técnicas, as atitudes dos cuidadores nas relações que estabelecem com as jovens devem ser de aproximação e de confiança, transmitindo dedicação e interesse por elas e pelo seu futuro:

“Tentar uma relação de proximidade com as jovens para também apoiá-las e motivá-las para aquilo que é necessário. (...) Mostrarmos que nos preocupamos com elas, que

estamos empenhados com o futuro delas e promover um futuro melhor para elas, trabalhar com elas, esse futuro.” (T3)

Em relação à **comunidade envolvente**, as técnicas referem que a localização geográfica da instituição constitui um fator protetor. Trata-se de uma pequena povoação, em que se podem estabelecer mais facilmente relações de vizinhança. Porém, este sossego e tranquilidade não são atrativos para as jovens, que anseiam mais movimento e mais liberdade. A comunidade confere assim alguma restrição, impossibilitando algumas experiências essenciais para o desenvolvimento da autonomia nas jovens:

“Pelo facto, de ser uma aldeia [é] positivo porque é tranquilo e protetor” (T2)

“Comunidade de meio rural, em que toda a gente se conhece (...) é importante a rede de vizinhança, elas conhecerem e falarem com as pessoas” (T3)

“Pode ser negativo na medida em que até hoje nunca houve alguma das jovens que quisesse ficar aqui na aldeia, eu acho que isso quer dizer alguma coisa, ao invés daquilo que o senso comum podia pensar que era elas ficarem aqui por perto para nós podermos apoiar. Se por um lado elas tinham essa vontade por outro o facto de ser na aldeia as inibe de fazer porque de alguma forma vão sentir o tal estigma “são da [Instituição]” ou “vou continuar a ser controlada” (T2)

“É limitadora em relação precisamente à preparação da autonomização, porque não nos permite fazer e experienciar algumas situações que numa cidade facilmente têm acesso, por outro lado a falta de rede de transportes e lá voltamos, o acesso às coisas que começa no básico e depois até ao querer ir, dar o salto para poder ter um emprego, para poder se autonomizar efetivamente, que aqui acaba por ser condicionador porque se a pessoa não tem transporte próprio fica condicionada.” (T2)

“ Saberem como podem dirigir-se aos serviços e utilizá-los” (T3)

A perceção das técnicas manifestam sobre a imagem que a comunidade local tem sobre a instituição é a de alguma dificuldade de aceitação, dificultando a integração. Este é um assunto ao qual a instituição está atenta, tentando intervir:

“Sensibilização para a não exclusão [porque] são miúdas que [constituem] um grupo de risco para a exclusão e naturalmente que se sentirem acolhidas pela comunidade que as envolve, tanto melhor e mais consistente com certeza será a sua integração neste mesma comunidade.” (T1)

Quanto às **estratégias adotadas pela instituição para que se promovam as relações com as figuras da rede social das jovens**, as técnicas consideram, relativamente à **família** que visam realizar um acompanhamento e uma aproximação das jovens à família:

“ [O apoio económico proveniente do] plano SERE+ [veio contribuir] quer [ao nível] dos técnicos, quer para as meninas (...) acaba por aproximar e poder trabalhar a família, quer no trabalho da intervenção técnica, quer nas idas a casa das crianças e jovens que leva a tal aproximação à família.” (T2)

“Acompanhar a família, também dar alguns conselhos para lidar com os comportamentos das jovens, também pode dar aqui um bom apoio à família para poder receber a jovem por curtos períodos de tempo” (T3)

A intervenção proposta pelas técnicas passa pelo recurso a mediação familiar para que se estabeleçam relações afetivas saudáveis:

“Depois (...) de uma avaliação e (...) havendo condições para isso (...) é muito importante, (...) a mediação familiar (...) pode ter acontecido situações em que as famílias desiludiram-nas, por diversas vezes e as miúdas numa fase de autonomia acabam por querer fazer um corte com as famílias, eu acho que é extremamente importante sermos mediadores neste sentido para que um dia mais tarde mesmo não dependendo dela saberem (...) que têm ali a família e que podem entrar em contato com ela.” (T1)

“Fazer a mediação (...) quando a família está em conflito” (T3)

Em relação aos **amigos**, as técnicas disseram que a disponibilidade que a equipa de cuidadores revela para conversar e ouvir as jovens é a melhor estratégia utilizada pela instituição, para compensar a frustração que, por vezes, as relações com os amigos provocam e que as jovens têm muita dificuldade em gerir:

“Toda a equipa da instituição, [mas mais] a equipa educativa (...) porque é a equipa que acaba por as acolher quando elas vêm do seu dia-a-dia, com todas as frustrações, com tudo o que tenha acontecido em relação ao seu círculo de amigos, (...) trabalhar precisamente nesse sentido de tentar que as miúdas consigam lidar com as frustrações que possam existir ou advir da relação com os amigos, porque naturalmente, as miúdas às vezes, as jovens, muitas das vezes têm aqui uma data de inseguranças e pouca capacidade de lidar com a frustração (...) é importante tentar, conversar com as miúdas, introduzir nelas próprias algumas estratégias, saber lidar com as situações que vão ocorrendo de forma, a que elas consigam estar integradas no grupo de amigos da melhor forma possível.” (T1)

Outra estratégia encarada como indispensável é a tolerância à liberdade de convivência com os amigos fora do horário escolar:

“Maior abertura em relação às saídas [e à] permanência [fora da instituição]: (...) as saídas à noite ou (...) o ficar na escola para além do horário escolar mas ainda em período diurno (...) há aqui já essa prática, sabem que podem pedir e de acordo com o comportamento vamos ou não autorizando.” (T2)

O aconselhamento e a sensibilização são outras estratégias que a instituição promove para proteger as jovens no contato com os amigos:

“Perceber que tipo de amigos têm [e] conseguimos aconselhá-las para que tenham cuidado. O aconselhamento será uma das estratégias e a sensibilização para a importância dos amigos na nossa vida e no nosso futuro no geral. (T3)

A instituição também promove os contatos, principalmente com os colegas de escola, com o objetivo de aumentar o conhecimento de outras realidades, tanto para as jovens da instituição, como para as pessoas de fora:

“Tem sido permitido elas irem fazer trabalhos de grupo a casa de colegas ou o inverso virem à instituição, que acaba também, por [os colegas] perceberem que não é nada assim tão diferente, é uma casa realmente com muita gente mas é uma casa.” (T2)

“Tentar promover aqui (...) uma aproximação [há a possibilidade de fazerem trabalhos de grupos] cá na instituição ou deixa-las ir a casa de colegas. Ou trabalhos de grupo ou mesmo para apoiar no estudo sejam elas a apoiar outros colegas, ou outros colegas a apoiarem a elas.” (T3)

Em relação à própria **instituição**, as estratégias direcionam-se para a realização regular da avaliação do estado psico-emocional das jovens, monitorizando assim o seu desenvolvimento:

“Tentarmos constantemente avaliar o estado psico-emocional da jovem e neste sentido perceber quais são os pontos que ao longo do seu desenvolvimento e ao longo do tempo vão surgindo” (T1)

Algumas estratégias são usadas ainda que informalmente. Entre estas as técnicas referem que proporcionar ajuda material, aquando da saída da instituição, é uma estratégia que se deveria efetuar formalmente como prática institucional:

Nós [instituição] sempre apoiámos [na saída] mas nunca ficou estabelecido, nunca foi feito um acordo por escrito (...), caso faça o seu percurso dito normal. [Em que a ajuda

para] a autonomização é aquele “cabaz”, chamemos-lhes assim, (...) é importante, porque em termos financeiros nós não temos essa possibilidade pelo menos até à data, mas sabemos que (...) de certa forma torna-se organizador para elas [saber com o que podem contar] (T2)

Em relação às estratégias adotadas pela instituição para potenciar o desenvolvimento de relações das jovens com novas pessoas facilitando o aumentar a sua rede social as estratégias focam atividades de promoção da inclusão e de relações interpessoais:

“Criar aqui [instituição] atividades em que seja incluída a comunidade envolvente, no sentido de tentar haver aqui uma inclusão das miúdas e uma promoção das relações interpessoais, e as miúdas também se envolverem em atividades da própria comunidade...” (T1)

“Promover o envolvimento das jovens nalgumas atividades da localidade, da freguesia, nomeadamente a nível de eventos, de elas participarem.” (T3)

Outra estratégia usada na comunidade é a sensibilização à população para o trabalho da instituição e a sua participação em ações de voluntariado:

“Temos tentado ao nível da Direção e da Igreja, [sensibilizar] as pessoas da comunidade [para que] viessem fazer voluntariado [e perceberem], pois até aqui têm sido muito as críticas em relação à forma como atuávamos, como as coisas aconteciam e agora, acho que a esse nível as coisas foram evoluindo e já perceberam que esta população tem umas características que nos leva a ter certas e determinadas atitudes e de alguma forma há já alguma compreensão, das pessoas da comunidade” (T2)

Quanto às necessidades e competências das jovens face aos objetivos do programa de Pré-Autonomia, as técnicas falam sobre as carências das jovens, as competências que já foram desenvolvidas, os impedimentos ao desenvolvimento das competências até esta data e dão exemplos de atividades para a promoção da autonomia.

A automotivação é declarada por uma técnica como uma **carência** que as jovens manifestam:

“ (...) a necessidade motivacional [de se autonomizarem]...elas estarem motivadas para... Estas crianças, estas jovens neste caso, acabam por sofrer todas, um bocadinho os efeitos de institucionalização e acaba por muitas das vezes ser difícil para elas, embora tenham vontade de sair, acaba por ser difícil darem esse passo (T1)

Outra necessidade tem a ver com as questões emocionais, que interferem com a aquisição das competências, sejam elas pessoais, sociais ou domésticas, porque é importante um ambiente estável e tranquilo para se processar qualquer aprendizagem:

“A nível das emoções e parte emocional, porque há aqui jovens [com dificuldade no] estabelecer de relações vão crescendo no seu mundo e acabam por não estabelecer propriamente vinculação com ninguém (...) precisam muito de trabalhar as emoções, de saber gerir as emoções, o conhecer-se a si própria, conhecer as suas reacções, saber como se relacionar com os outros.” (T2)

Outra carência assinalada pelas técnicas é a falta de suporte social e emocional:

“(...) e também não ter depois as tais rede de suporte e de apoio a nível da família, a nível dos amigos o que torna a situação muito complicada para a tal autonomização. (T2)

As técnicas dizem que as relações interpessoais são também uma das dificuldades das jovens:

“ (...) têm algumas das dificuldades a nível das relações interpessoais, é necessário muito trabalhar a nível da gestão dos conflitos e do saber negociar (T3)

Avaliando as **competências** que já foram **impulsionadas**, as técnicas referem que se efetivam primeiro por terem sido as primeiras escolhidas pelas jovens, de acordo com a hierarquização estabelecida:

“ (...) foi feito com a psicóloga uma hierarquização das competências pessoais e sociais (...) cada jovem colocou por ordem como sendo (...) mais fácil de adquirir em 1º lugar até à mais difícil. De uma maneira geral foram desenvolvidas quase todas” (T3)

Relativamente à avaliação dos impedimentos de desenvolvimento das competências as técnicas dizem que os motivos principais se prendem com o tempo e a calendarização do Projeto:

“as que não foram desenvolvidas foi porque ainda não houve tempo [mas] o programa como está a decorrer ainda, serão trabalhadas a seu tempo as competências que faltam.” (T3)

Outro impedimento decorre da prioridade definida pelas jovens aquando da hierarquização das competências:

“ (...) foi feito com a psicóloga uma hierarquização das competências pessoais e sociais (...) cada jovem colocou por ordem como sendo (...) mais fácil de adquirir em 1º lugar até à mais difícil. De uma maneira geral foram desenvolvidas quase todas” (T3)

De acordo com a opinião das técnicas, **as atividades e estratégias ideais** para promover autonomia são *workshops*:

“Podemos promover workshops, seja a nível de procura de emprego, seja a nível da culinária (T3)

Algumas técnicas acrescentam a participação das jovens em atividades da comunidade:

“ (...) outras atividades que impliquem uma participação cívica também é importante para elas que tenham esta responsabilidade de participar na comunidade envolvente e da responsabilidade social.” (T3)

E ainda a realização de atividades organizadas pelas próprias jovens :

“Atividades extra instituição, que sejam organizadas, claro que sempre com ajuda, mas sendo organizadas por elas mesmas e no sentido de elas aprenderem a conseguirem estar, a passar algum tempo fora da instituição enquanto estiverem no projeto (...) é a melhor forma de elas saberem até onde é que podem ir, terem os seus limites organizados numa altura em que ainda estão connosco, ainda estão protegidas e ainda há a possibilidade de serem trabalhadas essas questões, não só saídas noturnas como saídas durante o dia, (...) acampamentos, passarem férias sozinhas num determinado local.” (T1)

O questionário QAA foi analisado recorrendo ao programa SPSS e os resultados dessa análise encontram-se na tabela Análise do Questionário QAA (Anexo VI).

A análise das medidas de tendência central, em específico a análise da moda permite assinalar a concentração de respostas (4 respostas numa amostra de 6 jovens) no item “Quando atuo contra a vontade de alguém, costumo ficar nervosa”. A análise descritiva da distribuição das respostas permite efetivamente verificar que 4 jovens assinalam que este item é ‘muito caraterístico’ delas.

De destacar também que 3 jovens (das 6 jovens da amostra de estudo) em relação ao item “Tenho uma forte tendência para ceder aos desejos dos outros” posicionaram a sua resposta no grau que corresponde a algo “bastante caraterístico” delas. O mesmo se verifica em relação aos itens “Muitas vezes, não sei o que pensar” e “Muitas vezes hesito em relação ao que fazer”.

Estes resultados sugerem a importância de aprofundar o teste deste instrumento de recolha de dados (QAA) na medida em que a autonomia nas adolescentes pode estar ligada a

características da fase do ciclo de vida em que se encontram (juventude), tal como se apresentou na primeira parte deste estudo. A ser assim, os resultados a obter não se distinguiriam aplicando o QAA a jovens institucionalizadas e a jovens em contexto escolar (ou contexto similar de formação). A hipótese alternativa estabelece uma relação entre sentimentos expressivos de insegurança, nervosismo e cedência da sua vontade, e a necessidade de trabalhar mais aprofundadamente a autonomia das jovens.

A acrescentar que não se verifica qualquer associação estatisticamente significativa entre as respostas das jovens e o tempo de residência no LIJ.

Também não se verifica qualquer associação estatisticamente significativa entre as respostas das jovens e a idade que tinham aquando da primeira institucionalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou centrar a sua análise na narrativa das jovens e técnicas sobre as suas experiências num projeto de pré-autonomia e de como este pode contribuir na sua preparação para a vida adulta fora da instituição onde vivem.

As jovens participantes deste estudo manifestaram que a preparação da sua autonomia deve iniciar-se assim que entram na instituição, diferenciando-se ao longo do tempo de permanência e de acordo com o seu desenvolvimento.

Consideram essencial participar diretamente no seu projeto de vida, aceitando sugestões e aconselhamento das técnicas mas, tendo liberdade suficiente para poder ter experiências fora da instituição, o que pensam estar ainda muito pouco facilitado. Esta ideia é confrontada pelas técnicas que afirmam que tentam incutir nas jovens a sua participação nos eventos locais e em atividades organizadas pelas próprias.

Contudo as técnicas reconhecem que, por ser um meio rural e pequeno, oferece pouca diversidade de divertimentos, atividades de lazer e serviços comunitários o que limita as preferências e a possibilidade de frequentarem outros locais mais desenvolvidos é limitada por impedimentos financeiros.

Com este estudo apurou-se que as jovens reconhecem que a Instituição tenta promover condições para o desenvolvimento da sua autonomia na preparação das competências domésticas e na organização e gestão do tempo, pois as regras, o funcionamento e as tarefas domésticas proporcionam planeamento e rotina favoráveis a aquisição dessas capacidades. Porém, em algumas áreas, é considerado insuficiente o que se faz, nomeadamente num acompanhamento mais próximo pela equipa técnica, pois é quem tem o poder de decisão sobre a vida das jovens e estas consideram que não as conhecem bem e que quem as conhecem melhor (figura de referência) não tem poder deliberativo; em relação à gestão e resolução de conflitos surgidos nas interações com os adultos e/ou os pares consideram não haver estratégias nem uniformidade nos critérios utilizados, ocorrendo por vezes decisões menos justas.

Em relação a este assunto da promoção da autonomia das jovens, as técnicas depositam expectativas no Projeto “Casa de Pré-Autonomia” em que o programa de desenvolvimento de

competências pessoais, sociais e domésticas possa ter uma intervenção mais específica e direcionada, que favoreça a capacitação das jovens nestas áreas e promova o desenvolvimento apropriado da autonomia prevenindo situações menos adequadas, apesar de alguma apreensão perante algumas saídas impulsivas da instituição e consequentemente do projeto.

As limitações e obstáculos no desenvolvimento do projeto prendem-se desde logo com fracos recursos económicos direcionados para esta vertente delimitando a intervenção pretendida.

Lia Pappámikail (2004) diz-nos que a construção da identidade no adolescente, para além de ser um fenómeno individual, é também familiar e social; por isso quisemos conhecer a rede de suporte social destas jovens e perceber, como pode proporcionar apoio na estruturação da sua autonomia.

As jovens possuem uma fraca rede de suporte relativamente à sua dimensão e composição, o que desde logo não poderá constituir suporte suficiente para impulsionar a sua autonomização de forma positiva.

As jovens referem poucas pessoas com as quais tenham uma relação próxima quer a nível familiar, no seu círculo de amigos e colegas de escola, na Instituição ou outras fora destes círculos.

Dentro do círculo familiar, há a apontar a ocorrência de não ser mencionado por qualquer das jovens as figuras do pai e da mãe e ser de alguma forma, percebido na maioria (exceto uma, não referiu) da possibilidade de existência de uma figura de referência.

Reconhecemos pelo discurso das técnicas que têm consciência da fragilidade da rede social destas jovens fomentando uma aproximação e envolvimento com as famílias, considerando que mesmo fraco, poderá ser transmitido algum apoio, alguma segurança emocional e possibilitando a preservação das culturas.

Sabendo como é importante o apoio do grupo de amigos na adolescência, as técnicas tentam que as jovens possam interagir com os seus colegas de escola e outros jovens da comunidade, pois consideram poder influenciar positivamente no seu crescimento afetivo e emocional.

Em relação às limitações ao presente estudo podemos considerar a condição do LIJ apenas acolher crianças e jovens do sexo feminino, não podendo assim ser analisada a variável sexo. A institucionalização em LIJ num contexto sociocultural específico de um meio rural também

dificulta a existência de oportunidades consideradas necessárias para o desenvolvimento da autonomia das jovens que seriam interessantes analisar.

*A nós, resta-nos aceitar aquilo que somos –
adolescentes para sempre. Porque ser adolescente, a sério,
é não desistir nunca “de ser o melhor do mundo para alguém”*
(Stilwell, 2002)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTO, I. (2003). Como pássaros em gaiolas? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In: Machado, C. e Gonçalves, R. (Coord.). *Violência e Vítimas de Crimes*. Coimbra, Quarteto, 223-244.
- ARNETT, J. (2000). Emerging adulthood: A theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55, 469-480.
- BARTH, R., GREESON, J., ZLOTNIK, S. & CHINTAPALLI, L. (2009). Evidence-based practice for youth in supervised out-of-home care: a framework for development, definition, and evaluation, *The Journal of Evidence Based Practice in Social Work*, 6(2), 147-175. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15433710802683796>, acedido a 5 de junho 2014.
- BECKERT, T. (2007). Cognitive autonomy and self evaluation in adolescence: A conceptual investigation and instrument development. *North American Journal of Psychology*, 579-594.
- BLOS, P. (1996). Transição adolescente. Porto Alegre, Artes Médicas.
- BOISVERT, C. (2006). *Pais de adolescentes: Da tolerância à necessidade de intervir*. Lisboa, Climepsi Editores.
- CALHEIROS, M., GRAÇA, J., MORAIS, I., MENDES, R., JESUS, H. & GARRIDO, M. (2013). Desenvolvimento de um programa de preparação para a vida autónoma para jovens em acolhimento residencial. In M. M. Calheiros & M. V. Garrido (Orgs.), *Crianças em Risco e Perigo: Contextos, Investigação e Intervenção*, (Vol. III), Lisboa, Edições Sílabo, 242-294.
- CARNEIRO, R. (2005). *Casa Pia de Lisboa. Um Projeto de Esperança: as estratégias de acolhimento das crianças em risco – relatório final*. Cascais, Principia.
- CLAVERO, F. SALGUERO, M., VENEGAS, J., & RAMIREZ, M., (2006). Programa de Desarrollo Personal. Madrid, Piramide.
- COSLIN, P. (2002). *Psicologia do adolescente*. Lisboa, Instituto Piaget
- DEL VALLE, J., & FUERTES, J. (2000). *El Acogimiento Residencial en la Protección a la Infancia*. Madrid: Ediciones Pirámide S.A.
- DEL VALLE, J. & QUINTANAL, J. (2006). *Umbrella, habilidades para la vida*. Oviedo: Asaci.
- DEL VALLE, J. & ZURITA, J. (2000). *El acogimiento residencial en la protección a la infancia*. Madrid, Pirâmide.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA, I série A n.º 204 - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo - Lei n.º 147/99, de 1 Setembro, 6115-6132.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, I série A n.º 171 – PIEF — Programa Integrado de Educação e Formação - Portaria n.º 272/2012, de 4 de setembro, 5092-5099.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, II série n.º 90 – Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças - Despacho n.º 8392/2007, de 10 Maio, 12279.

DANISH, S., (1997), Going for the goal: A life skills program for adolescents, in G. Albee & T. Gullotta (Eds.), *Primary prevention words*, London, Sage Publications, Inc. (Vol.6), 291-312.

DICKEY, S. & DEATRICK, J., (2000), Autonomy and Decision Making for Health Promotion in *Adolescence*. *Pediatric Nursing*, 26(5), 461-467/481-482.

ECCLES, J., BUCHANAN, C., FLANAGAN, C., FULIGNI, A., MIDGLEY, C., YEE, D. (1991). *Control Versus Autonomy During Early Adolescence*. *Journal of Social Issues*, 47(4), 53-68.

FERREIRA, M., & NELAS, P. (2006) Adolescências...Adolescentes... Millenium on.line – Revista do Instituto Superior Politécnico de Viseu, 32, 141-162. Disponível em <http://www.ipv.pt/millenium/Millenium32/11.pdf>, acedido a 12 de junho de 2014.

FLEMING, M., (2005). *Entre o Medo e o Desejo de Crescer - Psicologia da Adolescência*. Porto. Edições Afrontamento.

FRANK, S. PIRSCH, L. & WRIGHT, V. (1990). Late adolescents' perceptions of their relationships with their parents: Relationships among idealization, autonomy, relatedness, and insecurity and implications for adolescent adjustment and ego identity status. *Journal of Youth and Adolescence*, 19, 571-588.

FRASER, M. & GONDIM, S., (2004), Da Fala do Outro ao Texto Negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa, *Paideia*, Ribeirão Preto, 14 (28), 139-152.

FREIRE, P., (1996), *A Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*, São Paulo, Paz e Terra.

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (2013). *Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano - Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens*. Disponível em: http://www.gulbenkian.pt/mediaRep/gulbenkian/files/institucional/fundacao/programas/PG%20Desenvolvimento%20Humano/pdf/31_03_SNACJ_Brochura_MJ.pdf, acedido a 15 de junho de 2014.

GEORGIADES, S., (2005). A multi-outcome evaluation of an independent living program. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 23, 417 – 439.

GOMES, I., (2010), *Acreditar no Futuro*, Lisboa, Texto Editores.

GRAÇA, J., CALHEIROS, M. & MARTINS, A., (2010). Adaptação do Questionário de Autonomia nos Adolescentes para a língua portuguesa. *Laboratório de Psicologia*, 2 (8), 237-250.

GUERRA, I., (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Cascais. Principia.

HOLSTEIN, J. & GUBRIUM, J. (1997). Active interviewing. In D. Silverman (Ed.). *Qualitative research: Theory, method and practice* Thousand Oaks, CA: Sage, 113-129.

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP (2013). *CASA 2012 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens 2012*. Lisboa. ISS,IP. Disponível em: <http://www.parlamento.pt/Documents/XIILEG/Abril2013/CASA2012.pdf>, acedido a 10 maio de 2014.

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP (2007). *Manual de processos-chave: lar de infância e juventude*. Lisboa: Instituto de Segurança Social, I.P. Lisboa. ISS,IP. Disponível em: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13337/gqrs_lar_infancia_juventude_processos-chave, acedido a 10 maio de 2014.

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP (2006). *Manual de Boas Práticas - Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*. Lisboa: Instituto de Segurança Social, I.P. Lisboa. ISS,IP. Disponível em: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13326/acolhimento_residencial_crianças_jovens, acedido a 20 de maio de 2014.

JACKSON, S., & GOOSSENS, L. (2006). *Handbook of adolescent development*. New York, Psychology Press.

JARDIM, J. & PEREIRA, A. (2006). *Competências pessoais e sociais – guia prático para a mudança positiva*. Porto: Edições Asa.

NEGREIROS, J. (2008). *Delinquências Juvenis – Trajectórias, intervenção e prevenção*. Porto, Livpsic.

NOOM, M., DEKOVIC, M. & MEEUS, W. (1999). Autonomy, attachment and psychosocial adjustment during adolescence: a double-edged sword? *Journal of Adolescence*, 22, 771-783.

NOOM, M., DEKOVIC, M. & MEEUS, W. (2001). Conceptual Analysis and Measurement of Adolescent Autonomy. *Journal of Youth and Adolescence*, 30(5), 577-595.

PAIS, J., (1990), A construção sociológica da juventude – alguns contributos. *Análise Social*, Vol. XXV (105-106),139-165

- PAPALIA, D., OLDS, S., FELDMAN, R. (2006). *Desenvolvimento Humano*. (8.^a Ed.) Porto Alegre: Artmed.
- PAPPAMIKAIL, L. (2004). Relações intergeracionais, apoio familiar e transições juvenis para a vida adulta em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, 91-116.
- REICHERT, C. & WAGNER, A. (2007). Autonomia na adolescência e sua relação com os estilos parentais, *Revista Psico*, v. 38, n. 3, set./dez., pp: 292-299. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1496/2173>, acessado a 22 de abril de 2014.
- RELVAS, A. (2000). *O Ciclo Vital da Família*. Porto: Afrontamento.
- RIJO, D., SOUSA, M., LOPES, J., PEREIRA, J., VASCONCELOS, J., MENDONÇA, M., SILVA, M., RICARDO, N., MASSA, S. (2007). *Gerar Percursos Sociais: Programa de prevenção e reabilitação para jovens com comportamento social desviante*. Ponta Delgada, Equal.
- SAMPAIO, D. (1996). *Ninguém morre sozinho. O adolescente e o suicídio* (6.^a Ed.). Lisboa: Editorial Caminho.
- SILVERBERG, S. & STEINBERG, L., (1987), Adolescent Autonomy, Parent-Adolescent Conflict, and Parental Well-Being, *Journal of Youth and Adolescence*, 16(3), 293-312.
- SIMÕES, M. (2011). Crianças e jovens em perigo: Cuidado e responsabilidade no acolhimento institucional. In T. S. Pereira, & G. Oliveira (Coords.). *Cuidado e responsabilidade*. São Paulo: Editora Atlas, 202-221.
- SPEAR, H. & KULBOK, P., (2004), Autonomy and Adolescence: A Concept Analysis. *Public. Health Nursing*, 21(2), 144-152.
- SPRINTHALL, N. & COLLINS, W. (2008). *Psicologia do Adolescente*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- STEINBERG, L. & SILVERBERG, S. (1986). The vicissitudes of autonomy in early adolescence. *Child Development*, 57, 841-851.
- STILWELL, I., (2002), Prefácio. In: SÁ, E., *Adolescentes Somos Nós*, Lisboa, Fim de Século
- STRECHT, P. (2000). *Crescer Vazio*. Lisboa, Assírio & Alvim.
- TURNER, R. IRWIN, C. Tschann, J. & MILLSTEIN, S. (1993). Autonomy, relatedness and the initiation of health risk behaviors in early adolescence. *Health Psychology*, 12(3), 200-208.

UNICEF. (1989). *A Convenção sobre os Direitos da Criança*. Disponível em: https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf, acedido a 30 de junho de 2014.

ANEXOS

Anexo I – Guião de entrevista às jovens

A presente entrevista tem como objetivo conhecer melhor o processo de autonomia de jovens institucionalizadas. Para isso, foram selecionadas as jovens que nesta instituição estão a frequentar o programa de desenvolvimento de competências pessoais, sociais e instrumentais, integrado no Projeto Casa de Pré-Autonomia.

Os dados obtidos serão utilizados no estudo que servirá de base à Tese de Mestrado em Política Social intitulada “Autonomia de Jovens Institucionalizadas: a importância de um projeto de promoção de autonomia”.

Informo que será respeitado o anonimato de toda informação recolhida, bem como os dados pessoais de cada uma das entrevistadas e solicito autorização para gravar esta entrevista.

Desde já, agradeço a sua colaboração.

Código____

I. Percurso de Institucionalização

1. Que idade tinhas quando foste viver para uma instituição?
2. Qual(ais) a(s) instituição(ões) em que viveste?
3. Há quanto tempo vives nesta instituição?
4. Explicaram-te o motivo da tua institucionalização?
5. Fala-me um pouco acerca dos teus sentimentos quando chegaste a esta instituição.

II. A instituição: Avaliação; Papel no processo de autonomia e Origem de suporte social para as jovens

6. Consegues enumerar **três coisas boas** e **três coisas más** que, na tua opinião, caracterizem esta instituição, em que atualmente resides?
7. **Se fosses diretora** desta instituição, o que propunhas para que as jovens que têm mais de 16 anos, pudessem adquirir a sua autonomia mais facilmente?
8. Na tua opinião, a instituição **oferece-te condições** para desenvolveres competências que promovam a tua autonomia?

9. Consideras que a instituição te proporciona **aprendizagens úteis** para futuramente entrares na vida ativa, relativamente a:

- Gestão da casa?
- Relações interpessoais?
- Resolução problemas/conflitos?
- Gestão de recursos?
- Gestão do tempo?

10. Pensando na tua vida, consideras que aos 18 anos terás condições para viver sozinha, de forma independente? Se não é aos 18 anos, com que **idade** achas que terás condições para viver sozinha, de forma independente. Porquê?

11. Qual é o teu **projeto de vida** pessoal e profissional, isto é, o que pensas fazer futuramente?

12. Consideras que este projeto de **autonomia**, em que estás a participar por estares a viver aqui na instituição, faz alguma diferença comparativamente ao que seria a tua autonomia se estivesses a viver com a **tua família**?

13. Com que pessoas consideras que te **sentes à vontade** e podes contar tudo ou quase tudo?

- Pessoas da tua família
- Amigos
- Pessoas da instituição
- Outras pessoas tuas conhecidas mas que não pertençam a nenhum destes três grupos (família, amigos e instituição).

14. Que **tipo de apoio** achas que essas pessoas, que mencionaste e em quem estavas a pensar agora mesmo, te podem dar? Gostava que concretizasses o tipo de apoio que achas que essas pessoas podem realmente dar-te.

Chegámos ao final da nossa entrevista. Agradeço o tempo que me disponibilizaste para a nossa conversa.

Data: ____ / ____ / ____

Duração da entrevista: _____

Anexo II – Guião de entrevista às técnicas

A presente entrevista tem como objetivo a recolha de informação sobre o processo de autonomia das jovens que estão a frequentar o programa de desenvolvimento de competências pessoais, sociais e instrumentais, integrado no Projeto Casa de Pré-Autonomia.

Os dados obtidos serão utilizados no estudo que servirá de base à Tese de Mestrado em Política Social intitulada “Autonomia de Jovens Institucionalizadas: a importância de um projeto de promoção de autonomia”.

Informo que será respeitado o anonimato de toda informação recolhida, bem como os dados pessoais de cada entrevistada e solicito autorização para gravar esta entrevista.

Agradeço desde já a sua colaboração.

Código ____

I. O Programa de Pré-autonomia

1. Poderá de uma forma breve **explicar o programa de pré-autonomia** que está a ser desenvolvido na instituição?
2. Que **recursos materiais e humanos** considera fundamentais para efetuar este tipo de intervenção?
3. Quais as **limitações/obstáculos** com que se tem deparado ao longo da implementação do programa de pré-autonomia?

II. Relacionamentos das Jovens

4. Considerando o processo de desenvolvimento das jovens que participam no Projeto Casa de Pré-Autonomia, gostaria que me falasse um pouco sobre a **importância das relações** que elas estabelecem com:
 - . A família
 - . Os amigos
 - . Colegas de estudo
 - . A instituição
 - . A comunidade envolvente (vizinhos, serviços...)?

5. Que **estratégias** são/devem ser adotadas para promover as relações das jovens com estas diferentes figuras sociais?

III. Necessidades e Competências das Jovens face aos Objetivos do Programa de pré-autonomia
--

6. Na sua opinião, quais são as principais **necessidades** das jovens que se encontram a frequentar o programa de pré-autonomia, em termos de competências pessoais, sociais e instrumentais?
7. Avaliando o programa de pré-autonomia, gostaria que me dissesse quais são as competências que **já foram impulsionadas** com vista ao desenvolvimento da autonomia das jovens e quais é que ainda **não foram desenvolvidas**?
8. Na sua opinião, quais são os principais **motivos** para que essas competências ainda não tenham sido desenvolvidas?
9. Do seu ponto de vista, que **atividades/estratégias** considera *ideais* para promover a autonomia destas jovens?

IV. Caraterização sociodemográfica da Entrevistada

10. Antes de terminar gostaria de lhe perguntar alguns dados de caraterização individual.
- 10.1. Qual é a sua Idade (à data de hoje)? ____ anos.
- 10.2. Qual é a sua Formação? ____
- 10.3. Qual é o Cargo que desempenha na Instituição? _____

Chegámos ao final da nossa entrevista.

Agradeço o tempo que disponibilizou.

Data: ____ / ____ / ____

Duração: _____

Anexo III - Questionário de Autonomia nos Adolescentes (QAA)

(Noom, 1999; adaptado por Graça, Calheiros & Martins, 2010)

Este questionário contém afirmações sobre várias atitudes e comportamentos. Para que possamos compreender melhor as tuas características individuais. Sabendo que não existem respostas certas ou erradas, lê com atenção, cada uma das afirmações e assinala, com sinceridade a resposta que melhor caracteriza a tua maneira de ser, de acordo com a seguinte escala:

- 1- Nada característico de mim (Nada parecido comigo)
- 2- Pouco característico de mim (Pouco parecido comigo)
- 3- Algumas vezes característico de mim (Algumas vezes parecido comigo)
- 4- Muito característico de mim (Bastante parecido comigo)
- 5- Bastante característico de mim (Muito parecido comigo)

	Nada característico de mim	Pouco característico de mim	Algumas vezes característico de mim	Bastante característico de mim	Muito característico de mim
	1	2	3	4	5
1.Noto que tenho dificuldade em decidir o que quero					
2.Quando atuo contra a vontade de alguém, costumo ficar nervosa					
3.Vou direto/a aos meus objetivos					
4.Consigo fazer uma escolha facilmente					
5.Tenho uma forte tendência para ceder aos desejos dos outros					
6.Muitas vezes, não sei o que pensar					
7.Sinto dificuldade em começar uma nova atividade sozinha					
8.Quando discordo de alguém, eu digo-lhe					
9.Quando me perguntam o que quero, sei imediatamente o que responder					
10.Consigo iniciar facilmente novos projetos ou atividades sozinha					
11.Concordo muitas vezes com os outros, mesmo que não tenha a certeza					
12.Sou uma pessoa corajosa					
13.Mudo frequentemente de opinião depois de ouvir as outras pessoas					
14.Sinto-me rapidamente à vontade numa situação nova					
15.Muitas vezes, hesito em relação ao que fazer					

Anexo IV - Quadro de Identificação das Competências

COMPETÊNCIAS PESSOAIS, SOCIAIS E DOMÉSTICAS

A SEREM ADQUIRIDAS NA 1ª E 2ª FASES DO PROJETO

NOME: _____ **DATA:** ____/____/____

Para cada uma das competências que se seguem, escolhe um dos números de 0 a 5, em que o 0 corresponde à ausência total da competência, e 5 corresponde a uma aquisição total da competência.

COMPETÊNCIAS PESSOAIS						
	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Resolução de conflitos						
Conhecimento de mim próprio						
Imagem que tenho de mim e do meu corpo						
Capacidade de assumir o que sou						
Capacidade de autoavaliação						
Autocontrolo						
Gestão dos afetos						
Lidar com a intimidade/sexualidade						
Gestão da ansiedade e da raiva						
Resistência à frustração						
Tomada de decisão						
Mitos e crenças						
Utilizar os serviços de saúde						
Higiene pessoal						
Gestão do dinheiro						
Cumprimento de regras e limites						
COMPETÊNCIAS SOCIAIS						
	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Saber ouvir de forma ativa						
Conseguir organizar o discurso						
Conseguir transmitir o que pretendo						
Aceitar ideias diferentes e conseguir discuti-las						
Saber negociar						
COMPETÊNCIAS DOMÉSTICAS						
	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Tratamento da roupa						
Cozinhar						
Higiene habitacional						
Ir às compras						
Gestão do tempo (rotinas do quotidiano, lazer ...)						

Anexo V - Quadro de Hierarquização das Competências

HIERARQUIZAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS A SEREM ADQUIRIDAS

(Do grau menor, para o maior de dificuldade)

COMPETÊNCIAS PESSOAIS	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
COMPETÊNCIAS SOCIAIS	
1	
2	
3	
4	
5	
COMPETÊNCIAS DOMÉSTICAS	
1	
2	
3	
4	
5	
6	

Obs.

Anexo VI – Análise do Questionário QAA

	Noto que tenho dificuldade em decidir o que quero	Quando atuo contra a vontade de alguém, costumo ficar nervosa	Vou direto/a aos meus objetivos	Consigo fazer uma escolha facilmente	Tenho uma forte tendência para ceder aos desejos dos outros	Muitas vezes, não sei o que pensar	Sinto dificuldade em começar uma nova atividade sozinha	Quando discordo de alguém, eu digo-lhe	Quando me perguntam o que quero, sei imediatamente o que responder	Consigo iniciar facilmente novos projetos ou atividades sozinho/a	Concordo muitas vezes com os outros, mesmo que não tenha a certeza	Sou uma pessoa corajosa	Mudo frequentemente se opinião depois de ouvir as outras pessoas	Sinto-me rapidamente à vontade numa situação nova	Muitas vezes hesito em relação ao que fazer	
N	Valid	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	
	Missing	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Median		4,0000	4,0000	3,5000	2,5000	4,0000	4,5000	3,0000	3,5000	3,5000	3,0000	3,0000	3,5000	3,0000	3,0000	3,5000
Mode		3,00 ^a	4,00	3,00 ^a	1,00 ^a	5,00	5,00	3,00	3,00	3,00 ^a	3,00	2,00 ^a	3,00	3,00	3,00	4,00
Std. Deviation		,89443	1,03280	1,36626	1,51658	1,32916	,81650	,63246	,81650	1,04881	,51640	,89443	39,04186	1,32916	,98319	,81650
Variance		,800	1,067	1,867	2,300	1,767	,667	,400	,667	1,100	,267	,800	1524,267	1,767	,967	,667
Minimum		3,00	2,00	1,00	1,00	2,00	3,00	2,00	3,00	2,00	2,00	2,00	2,00	1,00	1,00	2,00
Maximum		5,00	4,00	5,00	5,00	5,00	5,00	4,00	5,00	5,00	3,00	4,00	99,00	5,00	4,00	4,00

a. Multiple modes exist. The smallest value is shown